

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.

ATA – 002

PRESIDENTE – DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Invocando a proteção de Deus, e, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública que tem por objetivo de debater a situação das barragens, represas, reservatórios no Estado de Mato Grosso. Eu junto com o colega Deputado Valdir Barranco somos os signatários dessa propositura.

Eu convido para compor a mesa o colega Deputado Sílvio Fávero, está chegando; Sheila Klener Jorge de Sousa, Coordenadora do setor de Licenciamento de Empreendimentos Minerais, neste ato representando a Secretária de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso Dr^a. Mauren Lazaretti, por gentileza Dr^a. Sheila; Cel. BM César Viana de Brum, Secretário Adjunto de Proteção e Defesa Civil do Estado de Mato Grosso, muito obrigado; Walney Rosa, só um ..., João Pedro Valente, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do CREA, um dos nosso palestrantes; Marcos Vinícius Paes de Barros, Superintendente Técnico da METAMAT; Paulo Cruz, Presidente do Sindicato dos Geólogos do Estado de Mato Grosso e o Vereador pelo Município de Poconé Walney Rosa.

Agradecemos a presença de todos os acadêmicos do curso de Engenharia de Minas da nossa querida Universidade Federal do Estado de Mato Grosso onde eu tive o privilégio de fazer dois cursos superiores, presidi o Centro Acadêmico de Direito por dois mandatos e começar toda a minha militância política ali no grêmio estudantil.

Quero registrar a presença do Sérgio Barbieri, neste ato representando o eminente Deputado Valmir Moretto; Elias Santos Filho, Secretário de Gestão de Pessoas da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; Felipe Favoreto, Auditor Mestre, neste ato representando o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; o Eldo Orro, Superintendente de Políticas Agrícolas, neste ato representando o Secretário de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso Dr. César Miranda; o Anderson Alves de Souza, Chefe do Núcleo dos Serviços Geológicos do Brasil aqui em Cuiabá, quero convidar o Anderson para compor conosco aqui a mesa, por gentileza Anderson... s/DRM...

0228au02.drm

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) -...Quero convidar o Anderson para compor a mesa, por gentileza, Anderson. Coronel Arbues Jacob, que representa o Comando do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Corpo de Bombeiro do Estado de Mato Grosso, por gentileza, Sinvaldo Gomes de Moraes, vice-Diretor Administrativo do CREA, o CREA já está à mesa com seu Presidente, convidar para compor a mesa o Deputado Silvio Fávero, Tiago Bernardes, coordenador de Energia neste ato representando p Presidente da AGER- Agência Estadual de Regulação dos serviços terceirados em Mato Grosso, Fábio Calmon, o professor Gabriel Steluti Marques, neste ato representando a faculdade de arquitetura, engenharia e tecnologia FAET aqui do Município de Cuiabá, também registro com satisfação a presença do Deputado Silvio Fávero, Silvio é ex-prefeito de Lucas do Rio Verde, dessa leva de emigrantes que está ajudando a construir Mato Grosso e recentemente eleito Deputado Estadual, tem sua base eleitoral no médio norte do Estado.

Então, já vamos começar... registrando também a presença dos estudantes de geologia, é uns dos cursos mais antigos da nossa Universidade Federal, me lembro muito bem.

Vamos começar esta audiência todos em pé, vamos fazer um minuto de silêncio em homenagem às vítimas de Brumadinho.

(TODOS EM PÉ FAZENDO UM MINUTO DE SILÊNCIO ÀS VÍTIMAS DE BRUMADINHO-PALMAS)

Nós gostaríamos de justificar a provocação desta Audiência Pública e como o nome diz, audiência, se vocês observarem o tamanho da minha orelhas é de tanto ouvir, nós Deputados estamos aqui principalmente para ouvir, os professores, os mestres, os doutores, pós-doutores, empresários, autoridades responsáveis nessa área, SEMA, CREA, Corpo de Bombeiro, Defesa Civil...s/DMM

0228au03.dmm

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) –... nessa área, SEMA, CREA, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, DNPM. Nós estamos aqui para ouvir.

Nós, Deputados, não somos doutores nesse tema, nós somos leigos nessa matéria, nós não conhecemos essa matéria. Nenhum dos 24 Deputados tem conhecimento de como constroi barragem, como é que faz barragem para não ser destruída, não acabar, que a liquefação destrua, o que é uma barragem de rejeito, o que é uma represa de usina. Nós somos leigos nesse tema. Por isso nós provocamos as audiências públicas para que aquelas pessoas que têm conhecimento, que dominam esse assunto, possam vir aqui e dar as coordenadas, as orientações para que o Parlamento possa tomar, Deputado Sílvio Fávero, a providência correta, cobrar corretamente.

Recentemente o Governador do Estado sancionou um projeto de minha autoria estabelecendo algumas questões mínimas para o funcionamento de barragens em Mato Grosso. A exigência de sistema de alarme funcionando, a exigência de um plano de evacuação da população a jusante, a exigência de um contrato firme com a Defesa Civil daquele município, com a Defesa Civil do Estado. Nós elencamos uma série de condicionantes para que possa ser expedido Alvará de Construção, de funcionamento para empreendimentos que necessitem de barragens ou de represas.

O Lago de Manso, há poucos quilômetros, têm quarenta e dois, quarenta e três mil hectares de água. A superfície dele chega, em alguns momentos, a mais de quarenta e cinco mil hectares de água. Cuiabá está abaixo, está à jusante.

De vez em quando, como o cuiabano adora um boato, de vez em quando a turma solta um boato, Pedro Kaiser: “Com essas chuvas, este ano não tem condições, vai arrebentar.” Antes de terminar a frase, já tem gente para lá de Praia Grande, do Engordadouro, do Valo Verde, da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Capela do Piçarrão, correndo, com medo de explodir o reservatório de Manso. Como somos leigos, acreditamos em tantas coisas que nos falam.

Então, nós trouxemos hoje, aqui, o que há de mais capacitado para os acadêmicos, com certeza, será uma aula ouvir autoridades no tema, representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, representantes do Corpo de Bombeiros do Estado, da Defesa Civil Estadual, das universidades, do CREA, Serviços de Geologia. Então, sem dúvida será uma aula extremamente privilegiada ouvir gente tão capacitada, gente tão preparada para tratar desse tema.

“Ah, Wilson, mas deveria fazer esta Audiência Pública - alguém me falou – nunca teve problema com barragem...”

...S/TAN

0228au04.tan

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - ...Ah, Wilson, mas deveria fazer esta Audiência Pública - alguém me falou – nunca teve problema com barragem.” “Lá em Poconé pessoal está tocando o garimpo faz dias, rapaz, já tem barragem, lá dentro, encostando dentro da cidade; nunca arreventou, não morreu ninguém lá.” É por isso, temos que fazer antes de morrer alguém, é a prevenção.

A SEMA é a responsável em expedir às licenças, só na área ambiental tem licença LI, LO, LP, LC, LZ, LM, haja L, e mesmo assim alguns empreendimentos atendem todos esses Ls e nunca cai, onde é que está o erro? Onde é que está o problema? É com a SEMA? É com o empreendedor que não cumpriu com aquilo que assumiu contratualmente com a SEMA? É com o estado que não fiscaliza aquilo que deveria fiscalizar? É com o Parlamento que vira as costas para assuntos como esse? Que prefere ficar discutindo uma série baboseira e não trata de temas importantes, relevantes? Então. É por isso que propusemos essa Audiência Pública, já falei demais, quero convidar para compor a Mesa, o mais jovem Deputado Estadual de Mato Grosso, o Deputado Ulysses Moraes. Já está aí conosco? Ulysses, chega para cá.

Deputado Ulysses Moraes, é advogado, jovem Deputado, aos 29 anos, é o nosso caçulinha aí.

A Assembleia é composta por 24 Srs. Deputados, aqui há 23 homens e uma moça só, a Deputada Janaina Riva, e 23 marmanjos.

Muito bem, então, vamos ouvir agora os palestrantes.

Convido o Dr. Serafim; está aí? Não chegou, então vamos pular, vamos começar com o professor querido, Dr. da UFMT, Doutro em fruticultura e hoje, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso; querido amigo, que tive o privilégio de tê-lo comigo na Prefeitura como Primeiro Secretário de Educação da Capital, durante dois anos fez um belíssimo trabalho, colocamos no eixo, não é João?

Convido para usar a palavra, Presidente do CREA Mato Grosso, professor e Doutor, João Pedro Valente.(PALMAS)

O SR. JOÃO PEDRO VALENTE – Quero iniciar cumprimentando a Mesa na pessoa do Wilson, em que estendo os cumprimentos a todos os Deputados e demais convidados aqui presentes, cumprimento todo o público presente, em nome...

...s/CMS...

0228au005.cms

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. JOÃO PEDRO VALENTE – ...do Deputado Wilson Santos estendo o cumprimento a toda mesa, a todos os Deputados, e demais convidados.

Quero cumprimentar o público, em nome do Diretor Financeiro do CREA que está ali, está com o Geólogo Sivaldo. É importante a presença do Sivaldo, ele é um geólogo prático, que vive trabalhando com barragens.

Como o Deputado Wilson Santos apresentou, eu sou engenheiro agrônomo, portanto, não sou também conhecedor profundo do tema, mas na condição de Presidente do CREA temos a responsabilidade de conduzir todas as profissões na área da engenharia, da agronomia e da geociência. Quando falamos de geociências estamos falando de geologia e geografia.

Eu queria iniciar, em breves palavras, falando sobre a questão da fiscalização. É muito importante destacarmos que problemas com barragens existem há muito. Há muito tempo ocorrem acidentes com barragens e há muito tempo que ocorrem acidentes fatais. Eu tenho registro que o primeiro acidente com vítimas fatais, aliás, com 125 ou 129 vítimas fatais, ocorreu nos Estados Unidos, em 1972.

Em 85, tivemos um outro acidente fatal com 269 vítimas na Itália. Aqui no Brasil temos registros de rompimento de barragens com vítimas fatais desde 85; em 2014 tivemos outra séria em Minas Gerais e aí vimos somatizando esses problemas. Portanto, é um problema antigo que vem ocorrendo e paradoxalmente no Brasil a nossa primeira lei federal que trata de barragens é de 2010.

Estamos bastantes atrasados para cuidar de um assunto que é recorrente, um assunto recorrente o problema de rompimento assunto de barragens e nós não tínhamos uma normatização, não tínhamos uma lei que cuidasse desse assunto.

O Deputado Wilson Santos falou aqui da questão do órgão fiscalizador. O CREA é o órgão fiscalizador do exercício profissional. No caso de barragens existe uma série de órgãos, é do conhecimento de todos que cuidam de barragens. Quando se trata de barragens de água, ou barramento de água, exceto quando se faz o barramento para produção energética, ou produção elétrica, a fiscalização cabe a ANA-Agência Nacional das Águas; quando se trata de barramento para produção de energia elétrica, é a ANEEL; no caso de barramento de rejeitos de um modo geral fica a cargo do IBAMA. Especificamente, os barramentos para extração mineral fica a cargo da AMN, antigo DNPM.

Aliás, está a mesa o nosso maior especialista nesse assunto, o Dr. Serafim, professor da UFMT do Departamento de Geologia que aqui, certamente, discorrerá com mais profundidade sobre a ANM. Então, antigo DNPM, hoje ANM que cuida efetivamente da fiscalização dessas barragens.

Eu estive recentemente conversando com o Serafim acerca das barragens existentes em Mato Grosso, sobre a estrutura que irei preferir, uma vez que ele à mesa, discorra sobre o assunto. Temos registrados cerca de 150 barragens de rejeitos, de extração mineral no Estado de Mato Grosso, a ANM tem um controle rigoroso dessas barragens feito, inclusive, o mapeamento por meio de imagens, mas mesmo assim ainda temos uma séria delas irregulares.

Iniciamos na última semana uma fiscalização conjunta, CREA, ANM, ANM fiscalizando a regularidade das barragens e o CREA fiscalizando o exercício profissional, eu citei como exemplo há pouco para o pessoal da imprensa, nós visitamos oito barragens, dessas oito, seis não tinham registros no CREA.

Portanto, vejam que temos muitos problemas a serem enfrentados e tem empresários que não está se dando conta dos compromissos que tem com a sociedade. O CREA tem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

como missão principal a defesa da sociedade. Ele defende a sociedade de que forma? Exigindo a cobrança, ou a presença de um profissional regularmente registrado no CREA, portanto, um profissional regularmente habilitado, respondendo por aquelas atividades que coloca em risco a sociedade.

Então, a barragem certamente coloca em risco a sociedade. Ela tem que ter lá o seu responsável técnico para que esses problemas sejam minimizados. Risco zero quando se fala em barragem, acredito eu que seja difícil afirmarmos, mas podemos minimizar de forma significativa os riscos para sociedade se você tiver lá profissional habilitado fazendo as fiscalizações contínuas, as fiscalizações que a atividade exige...

...s/lcb...

0228au006.lcb

O SR. JOÃO PEDRO VALENTE – ...as fiscalizações que a atividade exige. Nós dentro do sistema CONFEA/CREA temos uma parceria importante com a ANM já desde o processo inicial para elaboração dos projetos para construção de uma barragem. De que forma? Quando se vai fazer uma pesquisa para ver se há ou não a possibilidade de exploração mineral de uma determinada área, o requerimento para buscar a autorização para fazer a pesquisa já exige o responsável técnico, já exige uma ART, uma anotação de responsabilidade técnica do profissional que vai fazer aquele pesquisa para posteriormente elaborar o projeto da construção e da execução daquela exploração.

Portanto, o sistema está disponível, está trabalhando para a sociedade, está buscando minimizar esses problemas, mas eles são recorrentes e nós temos a clareza de que precisamos avançar e muito.

Veja que nós temos registros de barragens rompendo com vítimas fatais desde 1972 e a nossa lei é de 2010. Então, a normatização de que como construir uma barragem dos critérios de manutenção dessas barragens são recentes. Nós temos muitas barragens que foram construídas antes da existência dessa lei que está em vigor e essas barragens precisam de medidas corretivas ou até mesmo... Porque muitas delas não é possível nem sequer fazer o As Built , não é nem possível saber como ela foi construída exatamente, porque não se tem os projetos registrados, a documentação consolidada. E muitas delas... Nós temos agora uma resolução de 2017 que exige, que estabeleceu um prazo de dois anos para que essas barragens antigas passem pelo registro. Ou seja, como elas estão, é preciso ser verificado em situação que essas barragens se encontram para que elas possam ter continuidade a sua exploração ou até mesmo serem interditadas.

Então, vejam que é um trabalho de corpo, um trabalho feito a várias mãos e o CREA está de mãos dadas com a Assembleia Legislativa, de mãos dadas com ANM buscando efetivamente minimizar os riscos que essas barragens submeter a nossa sociedade.

Eu agradeço, de forma muito efetiva, a oportunidade que o Deputado Wilson Santos nos deu de colocar o CREA em evidência, de colocar o CREA como partícipe dessas discussões todas, até porque nós temos um entendimento de que o Crea ao longo de sua história...

...s/ale...

0228au007.ale

O SR. JOÃO PEDRO VALENTE - ...CREA ao longo de sua história ele em tido um respeito muito grande por parte da sociedade, mas, muitas vezes os próprios profissionais não enxergam o CREA da forma que deveria enxergar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O CREA no momento em que ele cobra a presença de um profissional, em que ele cobra o registro dessa empresa, toda a empresa que presta serviço na área de engenharia, o CREA cobra que essa empresa esteja registrada e tenha o profissional legalmente habilitado ele faz duas coisas ao mesmo tempo, ele protege a sociedade e ele viabiliza o mercado de trabalho para esses profissionais.

Então, é preciso que seja olhado de forma diferente e não entendido o CREA como custo para a sociedade, e sim um investimento na garantia de um serviço de qualidade e na proteção da sociedade.

Muito obrigado a todos e eu vou ficar a disposição para aquilo que for, estiver ao nosso alcance até porque em respeito à necessidade de várias pessoas se manifestarem, eu vou me restringir a essas poucas palavras.

Muito obrigado e boa tarde! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Informando que vocês depois terão direitos á questionamentos. Depois, quem quiser fazer por escrito, quem quiser fazer oralmente pode vir ao microfone porque está sendo gravada e passando ao vivo e se alguma instituição quiser essa fita é só pedir ao nosso gabinete que nós mandaremos imprimir, entregar a vocês ta?

Então, essa fita aqui também para passar em sala de aula, ser objeto de debate a Assembleia Legislativa vai dispor também gratuitamente esse material a quem quer que seja.

Nós vamos ouvir agora o Dr. Serafim Carvalho Melo, o Serafim é uma figura histórica aqui em Mato Grosso, já atuou, já presidiu a METAMAT, um dos mais importantes presidentes que passou pela METAMAT e professor da UFMT e atualmente está no antigo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, da produção mineral e mudou o nome, agora é uma Agência Nacional de Mineração.

Então, Serafim, você tem até 4 horas para fazer a sua exposição. No máximo, não passe disso.

Então, vai anotando as perguntinhas aí.

(O DEPUTADO ULYSSES MORAES SOLICITA A PALAVRA FORA DO MICROFONE)

Deputado Ulysses, com a palavra.

O SR. ULYSSES MORAES - Deputado, como bem lembrado pelo Cel. aqui ao lado, Vossa Excelência está na época da fita ainda, então, eu vou falar aqui para o pessoal que depois para disponibilizar em um *pen drive*, *cd* não é? A assessoria do Deputado Wilson Santos com certeza vai estar aí, temos o Lucas ..., vai estar aí disponibilizando um *pen drive*, um *cd* ou até ao vivo pelo *instagram*, porque o Deputado Wilson Santos está bombando no *instagram*.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado aí por me modernizar. Eu sou do tempo que arco-íris era preto e branco Excelência.

Com a palavra Serafim.

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO – Boa tarde a todos, boa tarde ao Deputado Wilson Santos que promove essa Audiência Pública, demais componentes da mesa, meus senhores, minhas senhoras, colegas...
...s/DRM...

0228au08.drm

O SR. SERAFIM CARVALHO DE MELO -...demais componentes da mesa, meus senhores, minhas senhoras, colegas geólogos e a imprensa aqui presente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Primero pedir desculpa por chegar atrasado, porque na minha cabeça estava que iria chegar as 14,30h se não é o Josemar ligar três vezes, certamente eu ainda não teria chegado aqui.

Mas, vou falar, eu não sou especialista em barragem não, eu sou engenheiro geólogo desde 1970, da escola de Minas de Ouro Preto, uma das escolas mais tradicionais no Brasil sob tudo no setor mineral, desde 1876 está formando gente, formando engenheiro para cuidar da engenharia brasileira e engenharia mineral. O especialista em barragem que nós temos aqui é o colega Márcio Correa Amorim que é da Agência Nacional de Mineração que vai abordar o tema com a propriedade de especialista que está sendo treinado, para ser o atual chefe de serviço fiscalização de barragem aqui da nossa gerencia regional.

Mas primeiro tenho que fazer um histórico sobre essa questão de barragens que eu não tive oportunidade de ouvir toda apresentação do nosso amigo, colega, Presidente do CREA, Valente.

E dizer que escrevi recentemente que o problema das barragens começam na academia, exatamente o que eu falei, desde 1876 se forma engenheiros lá em Ouro Preto, dos anos de 1975 para frente, começou a formar engenheiro de minas, engenheiro geólogo, engenheiro metalurgista e engenheiro civil. Antes era engenheiro geral e o engenheiro fazia de tudo.

Então, durante o curso de engenharia geológica que eu fiz e que nós temos disciplinas comum com outros cursos, engenharia metalúrgica, engenharia civil, engenharia de minas, não se fala em construção de barragens de rejeitos, nós somos especialista de construir barragens, barragens de hidrelétricas, somos campeões do mundo, maiores barragens do mundo estão aqui no Brasil, isso nós somos compões, a barragens de contenção de aguas, grandes açudes, abastecimentos de água, mas a barragens de regente e mineração não se estuda na academia até hoje, é um negocio totalmente diferente de uma barragens hidrelétrica, por que? Porque o material que está lá servindo de barragem...s/dmm

0228au09.dmm

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO –... porque o material que está ali servindo de barragem é um material totalmente heterogêneo que se altera ao longo do tempo em função de pressão de temperatura e de umidade. Nós sabemos que granito é uma rocha dura, formada por quartzo, o feldspato e a mica e que nós utilizamos na construção civil, para fazer piso, porque ele é duro, mas ao longo do tempo geológico, ele se altera e aí se utiliza o produto alterado dessa rocha para fazer o quê? Fazer piso de quadra de tênis, que chama saibro, que é produto de alteração do granito. Quando nós colocamos o material lá na barragem e ao longo do tempo, com pressão e umidade, esse material pode se alterar, e é o que ocorre! Só que nós não estudamos a construção de barragem de rejeito lá na academia, no curso de engenharia de minas que deveria ter, sobretudo, no curso de engenharia de minas, construção de barragem de rejeito.

Ora, um recém-formado que chega a qualquer mineração, ele não vai dar pitaco lá na barragem, onde está jogando o que se chama de depósito. Aqui em Mato Grosso isso não é muito incomum, de falar: não, põe lá no depósito, lá que nós estamos depositando o rejeito aqui da extração, da garimpagem, que hoje estão batizando de mineração, mas é uma verdadeira garimpagem altamente mecanizada. O que é que ocorre? O Presidente do CREA falou muito bem, há muitos anos têm acidentes com barragens, sim, mas os especialistas que fazem ou prestam serviço, são das empresas de consultoria. E eu acredito, isso é do meu entendimento, que os especialistas das empresas de mineração, que fazem mineração e que se especializam em barragem,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

eles aprendem com os consultores que as empresas contratam, seja ela empresa nacional ou não, empresa estrangeira, mas que prestam esse serviço de consultoria para as empresas de mineração para construção de barragem e faz o controle disso aí. E os nossos engenheiros de minas, os engenheiros civis, todos os engenheiros, aprendem com esse pessoal que fez realmente especialização e pós-graduação na área de construção de barragem de rejeito e mineração. Isso precisa ser bem claro.

Eu fiz recentemente um artigo abordando essa questão, intitulado: “Os problemas das barragens começam na academia”, e é uma academia aonde desde 1976 se fala...

...S/TAN

0228au10.tan

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO –... e é uma academia aonde desde 1976 se fala; eu estudei lá e não vi que falar em barragens de mineração e rejeito de mineração, nem em Minas Gerais onde está concentrado a maior cidade de atividade mineral do país, então, é preciso de que compreendemos isso e não, simplesmente, responsabilizar os fiscais como nós, por que? Porque não existia política sobre isso, o Presidente falou a lei, é de 2010.

Antes essa questão ambiental ficava por conta do IBAMA. Tudo bem! Ele têm especialista de barragens? Não sei se tem.

Quando chegou em 2010, a ANA, que também é uma organização nova, uma agência nova para cuidar da água, dos recursos hídricos, coisa nova também no Brasil e ela ficava encarregada de fiscalizar as barragens para o fornecimento de água.

A ANEEL, que é outra agência nova também, mas muito mais velha que a nossa, ficava encarregada de fiscalizar as barragens de hidrelétricas e aí chamou o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) que cuida do setor mineral, é o gestor do patrimônio mineral da união, é o DNPN que depois de 84 anos foi substituído pela ANM (Agência Nacional de Mineração) e herdou toda a carência de técnicos e de recursos que o DNPM, ao longo desses 84 anos, inclusive eu.

Vejam como acontecem as coisas, a Agência, depois de muitos anos, mais de vinte anos de luta do setor mineral para criar a Agência Nacional de Mineração, ela foi criada em julho de 2017 através de uma medida provisória e essa medida provisória ficou, ficou...virou lei, mas só foi instalada dia 05 de dezembro de 2018, depois de dezoito meses de gestação política para instalar a Agência e aí vem a mídia inteira e a sociedade cobrar da Agência da Agência Nacional de Mineração a responsabilidade de fiscalização das barragens no Brasil. Como é que faz isso? Cadê os técnicos?

Eu aprendi com o Ministro Shigeaki Ueki, lá de muitos anos, quando entrei no DNPM em 1971, de que quem dá às ordens dá os meios e nós só estamos recebendo às ordens, os meios financeiros que vão resultar na questão da capacidade...

...s/CMS...

0228au011.cms

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO – ...recebendo as ordens, os meios financeiros que resultará na questão da capacidade técnica e de espaço para você exercer a sua atividade, essa é secundária. Então, é preciso que isso fique bem claro que, em 2010, baixou lá a Lei

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

nº 12.334 e distribuiu funções: as hidrelétricas com a ANEEL; as barragens de contenção de água com a ANA; as barragens de mineração com o DNPM; e o IBAMA continuou fiscalizando atividade ambiental como um todo. Somente em 2012, foi sair outra lei para regulamentar e criou no DNPM a Portaria 70 e não sei das quantas que ele vai falar, que criou o Sistema Integrado de Controle de Segurança das Barragens e o Plano Nacional de Segurança de Barragens e deixou para os mineradores, os empreendedores, a obrigação de comunicar ao sistema recém criado, em 2012, que lá existia uma barragem e as características dessas barragens, a partir daí começou a fiscalizar sistematicamente e acompanhar sistematicamente os controles das barragens no Brasil.

O Márcio, o Dr. Márcio, Engenheiro de Minas, abordará isso aqui. Isso em 2012 e nós estamos assim! Cadê os técnicos? Ele está fazendo curso de especialização em barragens lá em Belo Horizonte desde 2017, estava lá, chegou de lá ontem, estava numa força-tarefa lá para analisar as barragens em Minas Gerais. É preciso que cobremos, mas tem que ter o conhecimento de como isso está acontecendo.

Eu não quero me alongar mais, eu queria perguntar ao Deputado se eu posso passar a palavra para o Márcio, que falará com muito mais propriedade sobre a questão das barragens de Mato Grosso, porque temos aqui cerca de 130 barragens, metade delas estão cadastradas, felizmente não tem esse alto risco semelhante às barragens de Minas Gerais, as características geomorfológicas, geológicas e mineralógicas dessas barragens são totalmente diferentes lá de Minas Gerais, aqui lavramos ouro, lá eles estão lavrando mais minério de ferro, são condições totalmente diferentes.

Essa preocupação da sociedade sobre essa questão é providencial, é importante. E é importante também a preocupação do Deputado Wilson Santos quando ele coloca isso para ser discutido na sociedade e trazer essas informações. Nós, como Agência Nacional da Mineração, somos os interlocutores oficiais do setor mineral com a sociedade. Mas, infelizmente, nos comunicamos muito mal com essa sociedade, porque a sociedade hostiliza a mineração, mas ela esquece que sem mineração não tem indústria, sem indústria não tem agro e sem agro não tem vida, essa é a questão. É preciso que compreendamos a importância da mineração. É uma atividade poluidora? É potencialmente poluidora. É uma atividade de risco? É como toda atividade é, tem os seus riscos.

Agora, se somos negligentes... Vamos imaginar se vamos ficar sem mineração porque aconteceu essas tragédias? Nós deveríamos ficar também sem transporte aéreo devido aos acidentes aéreos que tiveram. Quantas pessoas morrem em acidente aéreo? Nós vamos deixar de andar de avião? Não. Nós vamos cobrar das empresas ou quem quer que seja para não ser negligente, porque esses acidentes, via de regra, são consequências de alguma negligência.

Muito obrigado pela oportunidade e na Agência, estamos à disposição, obrigado.

Eu passo a palavra, Deputado (PALMAS)...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Queremos registrar a presença, a chegada do Deputado João Batista. O Deputado João Batista é servidor público do Estado de Mato Grosso e foi eleito deputado estadual nas últimas eleições. Muito obrigado, Deputado João Batista.

Serafim, antes do Dr. Márcio assumir o comando, eu quero só dizer o seguinte: que essa preocupação não é só minha, não. É minha, é do Deputado Sílvio Fávero, é do Deputado Ulysses Moraes, é do Deputado João Batista, de toda a Assembleia Legislativa, quando apresentamos no plenário a proposta para realizar esta audiência pública, foi aprovada por unanimidade, todos os deputados aprovaram a realização desta Audiência Pública.

Você disse uma coisa interessante, a sociedade hostiliza mineração e sem a mineração não tem o agro. É isso?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO – Não tem mineração e não tem indústria.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – E sem indústria...

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO – Toda matéria-prima industrializada vem da mineração, direta ou indiretamente, somos dependentes dela e se não tem indústria não tem agro.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Tudo bem.

Se não fosse a mineração não tinha Cuiabá também. Cuiabá nasceu em 1719, no Ciclo do Ouro e foi a cidade mais populosa do Brasil...

...s/lcb...

0228au12.lcb

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - ...no ciclo do ouro e foi a cidade mais populosa, Deputado Ulysses Moraes, do Brasil. Cuiabá foi capital de São Paulo durante um ano e meio, tudo baseado no ouro, na mineração, não era só pepita não. Tem o caso de Miguel Sutil de Oliveira que só num dia conta a história que ele e dois índios seus cataram, na mão, meia arroba de ouros, sete quilos e meio de ouro. Essa notícia chegou lá, em cima, no Arraial do Forquilha, onde nasceu Cuiabá, onde hoje é a Vila do Coxipó do Ouro, então, a partir dessa notícia houve a transferência de Cuiabá, que nasceu lá em cima, para cá. Então, Cuiabá se estabelece aqui a partir de 1722, tudo em cima da mineração. Era tão importante que o Rei de Portugal determinou ao Governador de São Paulo, Dom Rodrigo César de Menezes, que deixasse o Planalto de Piratininga e navegasse seis meses e atravessasse a pé a Varadouro de Camapuã e adentrasse nos rios do Pantanal para chegar em Cuiabá e colocar aqui a Capital de São Paulo. E ele veio e ficou quase dois anos aqui. Cuiabá foi capital de São Paulo durante um ano e meio. E o Governador de São Paulo viveu aqui quase dois anos. Uma das grandes obras que ele fez aqui foi instalar uma força onde é a praça Ipiranga. Era o Largo da Força.

Quando os mineradores eram acusados de sonegarem impostos, eles eram julgados sumariamente e aqueles que eram condenados à morte era enforcados ali no Largo da Força. E aí, Deputado Ulysses Moraes, como não tinha Shopping Estação, Goiabeiras, Pantanal, a diversão nossa aqui era ir aos domingos à tarde enforcar o povo (RISOS). São as histórias e as estórias de Cuiabá.

Com a palavra o Dr. Márcio Correia de Amorim... Deputado Silvio Fávero? Eu vou conceder então primeiro a palavra ao Deputado Silvio Fávero que tem preferência aqui. Márcio, você é bem mais jovem apesar da sua calvície, mas nós vemos que você é jovem, o Deputado tem um outro compromisso, ele vai falar porque ele tem que se ausentar um pouquinho.

O SR. SILVIO FÁVERO – Boa tarde a todos! Boa tarde, Deputado Wilson Santos!

Parabéns por esta Audiência Pública, quero cumprimentar em nome da Mesa o nosso Deputado Ulysses Moraes.

O intuito desta Audiência Pública é a preocupação que nós tivemos a pouco tempo, há cinco anos no Estado de Minas Gerais que foi em Mariana e agora, recentemente, em Brumadinho. Ai depois ficam perguntando: De quem é a responsabilidade? Nós queremos saber e prevenir antes, Deputado Wilson Santos, de acontecer, depois que acontecer não adianta saber quem é ou deixa de ser. Então, não estamos aqui, como o Serafim da Agência Nacional de Mineração questionou, para saber ou questionar a Agência, nós estamos aqui para saber quem é a responsabilidade...

...s/ale...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTOS SEM REVISÃO)

0228au013.ale

O SR. SÍLVIO FÁVERO - ...de quem é a responsabilidade e quem realmente que vai dar o aval, depois que acontecer não vai adiantar nada e a Assembleia Legislativa é parceira sim de incentivar as indústrias para vir para o Estado de Mato Grosso e sabemos a importância que tem a Agência Nacional de Mineração, só que também temos vidas, nós temos que preservar, porque depois que acontece, polui os nossos rios, mata o meio ambiente, morre e aí como é que fica? Quem é responsabilizado? A empreiteira? Os vereadores? Aí a mineração como que fica? Joga a família que perde o seu ente e fica cansado e anos para receber a indenização e não recebe além de perder a pessoa que tanto ama, então, dar parabéns ao Deputado Wilson Santos e nós como fazemos parte da Comissão do Meio Ambiente vamos brigar e vamos ser parceiros.

Parabenizar a todos que estão aqui Deputado Wilson Santos e obrigado pela oportunidade de explicar algum conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado Deputado Sílvio Fávero que tem compromisso vai deixar o ambiente agora, passo a palavra ao Dr. Márcio Correia de Amorim que é especialista no tema barragens, por favor Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO CORREIA DE AMORIM –Boa tarde senhoras senhores, gostaria de agradecer a presença de cada um aqui nesta tarde, agradecer também a iniciativa do Deputado Wilson Santos e dos demais representantes desta Casa Legislativa de promover esse debate que está tão em evidência e tem sido questionado tanto pela população em relação a segurança dessas barragens de mineração.

Meu nome é Márcio Correia de Amorim, atualmente sou Chefe do Serviço de Segurança de Barragens na Agência Nacional de Mineração em Mato Grosso, sou Engenheiro de Minas, Engenheiro de Segurança do Trabalho e estou concluindo minha especialização em Geotecnia e Gestão de Segurança de Barragens.

O tema de barragem de mineração ele é um tema extenso, considerando que ele abrange várias áreas, de várias engenharias e engloba também várias ciências como Hidrologia, Geotecnia, dentre tantas outras e que opera no meio que na *interface*, entre a Engenharia Civil, Engenharia de Minas, a Geologia e outras ciências. Então, por isso ele é um tema tão complexo e tão carente de informação.

Aqui no Estado nós temos poucos profissionais que realmente operam com esse setor e atualmente temos um panorama crescente de quantidade de barragens aqui na região.

Essa palestra aqui, nós não...

...s/DRM...

0228au14.drm

O SR. MÁRCIO CORREIA DE AMORIM –... Essa palestra aqui, nós não visamos esgotar o tema, tendo em vista que já falei que ela é um tema complexo, mas visa principalmente trazer informações atualizadas a respeito das barragens de mineração no Estado, todos os dados que estão aqui hoje são dessa semana inclusive, e tentar sanar um pouco das principais questões que foram levantadas nas últimas semanas a respeito da segurança de barragens aqui no Estado de Mato Grosso, especificamente.

Pessoalmente eu não gosto muito das minhas apresentações, de encher de texto, porque torna a apresentação um pouco tediosa e cansativa, mas, esse slide aqui eu achei muito

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

importante colocar, considerando que ele é a definição legal que está contida na legislação em vigor que realmente é uma barragem de mineração.

São consideradas barragens de mineração, qualquer barramento, diques, cavas com barramentos, dique de cela ou dique fusível que eventualmente existe numa área de exploração mineral, ou seja, então, se eu tenho uma cava que ela forma uma bacia, mas que precisa de um barramento construído, ela é considerada uma barragem para agência nacional de mineração de hoje em dia.

E seguindo aqui na definição, construídos em cota superior à da topografia original, ou seja, o material que não é ínsito, um barramento que foi construído com objetivo de criar uma bacia, colocação desses rejeitos provenientes do processo de beneficiamento mineral. Com fins de acumulação, decantação ou descarga de rejeitos de mineração ou de sedimentos provenientes de atividades de mineração, que é outro uso, outro tipo de barragem que aqui no Estado não é usado, mas fora daqui, como em Minas Gerais, por exemplo, existe bastante que são as barragens de pé de pilha, que basicamente existe para evitar que os sedimentos que provem das pilhas de reposição de rejeito acabam sendo lançados nos curso de água, com ou sem captação de água associada, compreendendo a estrutura...conceito, barragens de contenção de resíduos industriais, ou seja, para legislação federal de barragens de rejeitos ela foca só no que está ligado a atividade de mineração.

A legislação atual que está em vigor e é aplicada ao setor de barragem de rejeito de mineração, primeira é a Lei 12.334/2010, que institui a política nacional de segurança de barragens, essa lei ela não foca apenas nas barragens de mineração, mas todo tipo de barramento, hidrelétrica, mineração, acumulação de água, descentração e no bojo da legislação ela estabelece que o órgão responsável por cada barragem dessa aí, pela fiscalização e controle de cada tipo de barragem...s/DMM

0228au15.dmm

O SR. MÁRCIO CORREIA DE AMORIM –...pela fiscalização e controle de cada tipo de barragem, estabelecerá normas específicas de fiscalização e controle para cada uma.

Seguindo essa lei, foi publicada a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que a principal contribuição dela, para as barragens de rejeitos, é a metodologia de classificação com relação à categoria de risco e dano potencial.

A Portaria que o Dr. Serafim havia mencionado é justamente a 70.389/2017, que estabelece os critérios gerais para operação, construção e manutenção das barragens de mineração. Essa Portaria é específica para barragens de mineração, seja de contenção de rejeitos ou de sedimentos.

Por fim, a Resolução mais recente, agora de fevereiro, inclusive, que torna mais rígidos alguns critérios para fiscalização e para projetos de barragem de rejeitos, é uma Resolução da Diretoria Colegiada, que vários dos senhores já devem ter tomado conhecimento tendo em vista que ela altera alguns critérios de segurança, aumentando o fator de segurança minimamente exigida para cada barragem de mineração.

Aqui no rodapé eu deixei esse *site* que é onde está compilada toda a legislação do DNPM e onde cada um dos presentes pode encontrar informações atualizadas tanto tabuladas em forma de planilhas sobre as barragens do Brasil inteiro, como também em formato KML para ser importado em mapas e tudo mais. Então, sempre é publicado lá tudo que tem de mais atualizado sobre as barragens de mineração.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A operação das barragens de rejeito – eu imagino que a maior parte dos senhores seja partícipe da mineração e seja também do meio da geologia e da engenharia, entretanto eu deixei esse *slid* aqui apenas para explicar um pouquinho de como funciona essas barragens de mineração.

O objetivo delas, como eu já havia falado, é evitar que o rejeito proveniente da planta de beneficiamento seja lançado em cursos d'águas e venha trazer qualquer malefício ao meio ambiente, elas são construídas normalmente com um material encontrado na própria localidade, nem sempre é rejeito, principalmente no caso das barragens a jusantes ou que são de alteamento único, mas em alguns casos, sim, infelizmente tem causado alguns problemas, tanto que foi proibida a construção de barragens com Alteamento à Montante.

Essa foto que vocês estão vendo aqui é basicamente um *Spigot*, ela é daqui do Mato Grosso, inclusive, e é a forma como esse rejeito é lançado dentro da barragem. Ele sai do processo de beneficiamento, é lançado dentro da barragem,...

...S/TAN

0228au16.tan

O SR. MÁRCIO CORREA DE AMORIM -...ele sai do processo de beneficiamento, é lançado dentro da barragem em que ele passa pelo processo de clarificação, decantação e reaproveitamento dessa água.

Essa figurinha aqui, eu acho que vocês já devem ter visto em vários jornais e sites, que são as principais metodologias de construção, essa primeira delas é, justamente, a que foi proibida aqui no Mato Grosso, na verdade desde a instituição do serviço de segurança de barragens, essa metodologia foi abolida completamente e nós não aceitamos a operação de barragens por essa forma sendo exigida a descaracterização dela, que seja constatada que ela foi construída com essa metodologia.

Essa primeira é o alteamento montante e como vocês podem ver essa parte em cinza embaixo do que está denominado a lagoa de decantação é a praia de rejeitos e o alteamento dela são em cima do próprio rejeito, exatamente, por isso é tão difícil manter um controle tecnológico de umidade por uma opressão acima desse material.

A figura do meio, é o tipo mais frequente de barragem aqui no Estado, que é a de alteamento ao montante, em quem que a barragem sofre sucessivos aumentos de altura, por assim dizer, da cota da crista, da parte de trás dela, ou seja, não tem alteamento dentro do rejeito garantindo que haja um controle muito melhor do fluxo de percolação da água e também do controle tecnológico do material, inclusive.

E por fim, temos essa última figura aí, que é o alteamento por linha de centro, é como se fosse um misto dos métodos, que também já não muito mais aceitos. No Estado de Mato Grosso, a situação das barragens são o seguinte: a maior parte delas está caracterizada pelo alteamento a jusante, que é esta figura do meio, é uma metodologia mais segura e uma ou duas, senão me engano é que são por alteamento de linha de centro e mesmo assim provavelmente já vão ser descaracterizadas daqui a algum tempo.

Aqui, acho que é uma das perguntas que mais se tem feito nos últimos tempos, que é; quantas são e como estão essas barragens no Estado de Mato Grosso?

Vou começar a análise desse gráfico de traz para frente para explicar como é que ele foi construído.

No total aqui no estado nós temos 128 barragens de mineração, 61 delas não estão cadastradas, de forma nenhuma junto à agência de mineração e isso é uma exigência legal, inclusive,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

nós já sabemos certamente onde estão essas barragens e já estão sendo devidamente autuadas e fiscalizadas.

Uma das demandas mais antigas, inclusive, quando existia o antigo DNPM, agora Agência Nacional de Mineração, é que o foco da fiscalização ficava muito encima de quem estava tentando de regularizar ou estava operando regular com algum problema técnico na sua operação...

...s/cms...

0228au017.cms

O SR. MÁRCIO CORREA AMORIM – ...operando regular com algum problema técnico na sua operação.

Com a criação do serviço de segurança de barragens e a mudança para a Agência Nacional, o foco agora da fiscalização é ir mais onde há maior número de problema e regularizando todo o setor. Esses 48%, como já falei, eles não se cadastraram apesar da exigência legal, entretanto já levantamos esses dados por imagem de satélite e outras informações, por meio de parcerias e tudo mais, e durante o ano de 2019 eles serão devidamente fiscalizados e será exigido a adequação à legislação em vigor.

Dessas 31 barragens que corresponde a um total 24%, elas estão cadastradas, mas não atendem aos critérios mínimos para serem enquadradas na política nacional segurança de barragens; 36 delas estão dentro da política e tem que cumprir toda a legislação em vigor.

Vale salientar que esse gráfico é dinâmico, ele muda praticamente toda semana em função das fiscalizações e demandas que são trazidas para agência; e várias dessas que não estavam cadastradas foram vistoriadas e hoje fazem parte do universo de barragens gerenciadas pela Agência. Em relação as que não estão incluídas, elas também estão passando por fiscalização e no momento da vistoria *in loco*, eu pessoalmente acompanho essas vistorias, inclusive, realizo elas em campo. A classificação dessas barragens é a realizada em tempo real em nosso sistema, que é o SIGBM-Sistema

Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração, passando a constar numa dessas categorias e a expectativa é que dentro de um ano ou pouco mais do que isso, a categoria das não cadastradas deixa de existir, passemos a ter barragens apenas divididas entre as que estão enquadradas na política e as que não estão em função dos critérios técnicos de cada uma.

Esta figurinha eu extrai do *e-book* que está no nosso site, para quem quiser baixar e ler, ele basicamente resume os critérios para uma barragem ser considerada como participante da política nacional de mineração, que é o volume armazenado ser maior do que 3 milhões de metros cúbicos, ter uma altura máxima de 15 metros, ser classificada como DPA alto ou médio, ou possuir rejeitos perigosos armazenados na sua bacia de contenção.

Aqui agora quero fazer uma explanação a respeito das barragens. Mais uma vez vale salientar que essa informação é dinâmica, ela muda sempre em função da fiscalização e do que encontramos via imagem de satélite, ou fiscalização em campo. Hoje várias delas se concentram na região de Poconé e Livramento embora tenhamos algumas distribuídas pelo restante do Estado. Esses são os números de barragens efetivamente no Estado de Mato Grosso.

Neste slide estão apenas as cadastradas, podemos ver que 32 delas estão em Poconé, 17 em Livramento e aí vai seguindo a distribuição dessas barragens no restante do Estado. Mais uma vez essa informação muda conforme a fiscalização/// dessas outras barragens.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Este slide aqui mostra a distribuição das que não estão cadastradas, os mineradores que não providenciaram o cadastramento de suas barragens em descumprimento à legislação, mas que Agência já localizou e sabe exatamente quem são essas pessoas e onde estão essas barragens.

As distribuições das barragens não cadastradas no Estado são essas: em Nossa Senhora do Livramento temos 32, 34 em Poconé e 5 em Várzea Grande. Esse número pode mudar em função do estudo contínuo realizado por nossa equipe de engenharia.

Atualmente o Estado de Mato Grosso ocupa o quarto lugar em número de barragens no Brasil, o primeiro lugar fica com Minas Gerais, o segundo Pará, o terceiro São Paulo e o quarto Mato Grosso. Entretanto, até o final deste ano, provavelmente, saltaremos para o terceiro, ou segundo lugar, após ter sido realizada toda a fiscalização nas barragens não cadastradas aqui do Estado.

Legal e tecnicamente, a denominação do tipo das barragens que existem aqui no Estado é barragem tipo POND, que basicamente é uma barragem que todo barramento é construído para formação de bacia de depósito dos rejeitos. Dessas barragens, oito são caracterizados como dano potencial alto, vale salientar que o dano potencial é basicamente vinculado ao dano com perdas de vidas, ou dano ambiental numa eventual ruptura do maciço dessa barragem. Dano potencial médio e risco médio, ficam basicamente num número parecido 17 e 18, conforme os senhores podem ver.

Esta, sim, a condição de risco realmente é a que nos preocupa mais porque ela denota uma situação de falha na manutenção, falha na construção, ou falha na operação dessas barragens.

Então, a fiscalização realmente, além dos critérios de engenharia, usa esses parâmetros para ir primeiro nessas barragens, para focar e intensificar o trabalho em cima delas.

As principais obrigações de quem possui, opera, ou está descaracterizando as barragens, ou até construindo aqui no Estado, não só no Estado como no Brasil inteiro. A primeira e principal, é cadastrar as barragens no nosso sistema e após esse cadastramento...
...s/lcb...

0228au18.lcb

O SR. MÁRCIO -...cadastrar as barragens no nosso sistema, e após esse cadastramento aí sim é elaborado o mapa de inundação, definindo a zona de auto salvamento que é a zona onde a defesa civil provavelmente não vai chegar a tempo de agir, então é onde tem que estar toda o sistema de alerta, todo o sistema de emergência, onde as pessoas têm que ser evacuadas primeiro, mapa de inundação. E as zonas secundárias. A zona de salvamento secundária que é onde os órgãos do Estado provavelmente vão ter tempo de agir, mas que os locais onde serão afetados numa eventual ruptura dessa barragem também.

Esse mapa de inundação ele subsidia a elaboração do plano de segurança de barragens e também da exigência do plano de execução da elaboração do plano de ação de emergência de barragens de mineração que onde estará toda estrutura disponível pelo empreendimento e todo sistema de alerta à população que existe no entorno. E esse plano é obrigado que ele seja também coordenado pela defesa civil e entregue uma cópia aos órgãos de controle seja defesa civil estadual, prefeituras municipais, entre outros.

Após a elaboração desses projetos passa-se a exigência da implementação de sistemas de monitoramento, controle, acompanhamento e alerta dessas barragens, porque muito mais importante do que atuar no salvamento é atuar na prevenção, então é necessário conhecer os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

parâmetros do material dessas barragens e é necessário verificar como é que está se dando o processamento e ela está se comportando frente à demanda que existe no local. Além disso, todo empreendimento é obrigado a realizar inspeções quinzenais nessas barragens, informar no SIGBM, apresentar semestralmente a declaração de condição de estabilidade acompanhado do respectivo relatório de inspeção de segurança, realizar as revisões periódicas dependendo dos alteamentos, reaproveitamento dos rejeitos ou nos prazos estabelecidos pela legislação em função da característica de cada uma dessas barragens, disponibilizar informações técnicas à defesa civil, prefeituras municipais e outros órgãos como já havia sido falado, reportar aos órgãos de controle todas as anomalias detectadas durante essas vistorias que são exigíveis regularmente. Ou seja, se o empreendimento detecta que a barragem tem um excesso de umidade na parede de jusante, se foi verificado uma sugência, entre outras que são algumas das condições que favorecem o rompimento.., Isso tem que ser reportado no sistema, informado quais providências que estão sendo adotadas. E após a conclusão tem que ser informado que esse problema foi mitigado ou está sob controle.

Aqueles que onde se exigível que tem o plano de ação emergencial é obrigado a realizar os treinamentos...

...s/ale...

0228au019.ale

O SR. MÁRCIO CORREIA DE AMORIM – ...é obrigado a realizar os treinamentos tanto com o pessoal da empresa, como com o pessoal que eventualmente venha a ser afetado no rompimento dessas barragens e a principal obrigação acima de tudo é manter essas estruturas em boas condições de operação e manutenção. Aqui eu quero pinçar um pouco a fala do presidente do CREA e a fala do nosso gerente regional.

O que se precisa hoje gente, é voltar a executar a boa engenharia. O que tem que ser visto não só no Estado de Mato Grosso como fora daqui, são projetos e análises que são realizadas simplesmente para cumprir a formalidade legal e infelizmente isso não funciona no caso de barragens e outras obras de engenharia.

É necessário que se faça estudos, que se faça análises e que cada profissional assuma apenas a responsabilidade de qual é possível que ele acompanhe essas estruturas, e que como eu falei, voltemos a fazer uma boa engenharia com qualidade, com técnica dentro da legislação em vigor.

Como que é feita a fiscalização dessas barragens no Estado? Como eu já falei, eu pessoalmente realizo essas fiscalizações junto com a nossa equipe de engenharia e essas fiscalizações ocorrem o ano inteiro. O sistema de alertas da Agência ele funciona 24h por dia, então, qualquer anomalia que seja reportada no nosso sistema, no SIGBM - *Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração*, eu recebo aqui por exemplo no meu celular e toda a equipe de barragens também recebe o acionamento na hora. Há 15 dias atrás, tivemos um acionamento em pleno sábado à noite, tivemos que resolver o problema o mais urgente possível.

Visando aumentar a eficácia na nossa fiscalização, a Gerência Regional da ANM – Agência Nacional de Mineração em Mato Grosso, vem realizando Termos de Cooperação, inclusive tem um sendo fechado agora com a SEMA, nós já estamos trabalhando junto com o CREA MT, Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e vários outros órgãos, tanto para subsidiar todas essas destituições de informações confiáveis e seguras, acabar com aquela história de *fakenews* nessa comunicação e para aumentar nossa eficácia e penetração, tendo em vista que o país passa por uma recessão, todos os órgãos tem problema de orçamento e tudo mais, mas, se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

trabalharmos juntos, conseguiremos uma atuação muito mais abrangente no controle de estabilidade dessa situação aqui no Estado, e a partir de 2019 estamos providenciando a aquisição de novos equipamentos que vão ajudar atornar a nossa fiscalização muito mais eficaz e muito mais eficiente, além de abrangente no controle dessas barragens aqui no Estado.

Por fim, eu estou deixando aqui o meu contato marcio.correia@anm.gov.br e nosso telefone...
...s/DRM...

0228au20.drm

O SR. MÁRCIO CORREIA DE AMORIM -...Por fim, eu estou deixando aqui o meu contato marcio.correia@anm.gov.br e nosso telefone, como já foi falado pelo osso gerente estamos a disposição para contatos, convênios, prestação de informações e outras que a sociedade demanda.

Quero deixar, por fim a seguinte fala, nessa apresentação aqui como eu falei não era o objetivo de esgota esse tema como já falei, ele é complexo e extenso. Então, fica a sugestão para que o debate continue, é importante essa iniciativa, falar com a comunidade, a engenharia deve falar com a comunidade, e o debate deve continuar, estamos a disposição também para realizar seminários, coisas do tipo visando um aprofundamento mais técnicos a respeito desses temas para a sociedade de modo geral tenha uma compreensão melhor de tudo que foi falado e tudo que é feito aqui em relação as barragens de mineração.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nós que agradecemos o Dr. Márcio Correia de Amorim, uma verdadeira aula Márcio, muito obrigado.

Agora vamos chamar a Dr^a Sheila Klener Jorge de Souza, ela é coordenadora no setor de licenciamento, de empreendimentos minerários, ela vai falar em nome da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Dr^a Sheila, por gentileza.

A SR^a SHEILA KLENER JORGE DE SOUZA – Boa tarde! Boa tarde Deputado, todos aqui da mesa e a todos vocês que vieram nos arguir.

Eu estou aqui representando a Secretária de Meio Ambiente do Estado, e também a coordenadoria de mineração.

Antes de mais nada, foi bom o Deputado lembrar, sobre a história de Cuiabá, lembrando, que no nosso hino, Hino de Mato Grosso, Salve, terra de amor, terra do ouro, que sonhara Moreira Cabral, eis a terra das minas faiscentes, eldorado como outros não há.

Então, o nosso Estado, a vocação inicial dele é a mineração, não é mesmo, tanto é que nós temos a Baixada Cuiabana, nós temos a região norte do Estado, nós temos a região de Pontes e Lacerda, que são uma das minas mais antigas que temos aqui.

Foi importante a fala a do Márcio, sobre a cooperação técnica, eu acho que já ficou bem claro para todos que quem regulamenta as barragens de rejeito de mineração no país é Agência Nacional de Mineração. Então, quem dita às características que a barragens deve ter, o tamanho, o plano de ação de emergência, isso já está claro. Então, é importante esta audiência para esclarecer o que é o que, e quem faz o que. Então, já está bem claro, a legislação...s/DMM

0228au21.dmm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A SR^a SHEILA KLENER JORGE DE SOUZA –...Então, já está bem claro. A legislação é nova, as coisas vão acontecendo e nós vamos aprendendo. A legislação ambiental é nova, as coisas vão acontecendo e nós vamos aprendendo. A legislação ambiental é nova, o Código de Mineração é de 1967, é bem antigo, o Código de Floresta é recente, é de 2012, é mais recente do que a própria lei de segurança de barragens. Infelizmente nós só vamos aprendendo a partir do momento que as coisas vão acontecendo. Por mais que as universidades não tenham as disciplinas específicas, as disciplinas elas vão... eu não sou nem professor da UFMT, eu fui uma época e quinze anos eu dei aula na universidade particular, mas é muito difícil você inserir disciplina nova no currículo das universidades.

Lembrando que às vezes você não precisa ter uma disciplina específica, porque não se faz determinadas construções com um único engenheiro. Você vai ter que ter, como o Márcio disse, o engenheiro de minas, o engenheiro civil, o geólogo, o hidrogeólogo, você vai ter que entender mecânica de rocha, mecânica de solo e fluido dos materiais. São várias ciências juntas para fazer a composição de uma barragem, ou hidrelétrica ou de rejeito. Não é mesmo?

Sobre o Termo de Cooperação, como diz o Márcio, que o órgão ANM e o professor também disse está sucateado, como vocês têm visto nos jornais, a gente vê até ratos dentro da Agência Nacional de Mineração de Goiás. Imaginem, o Márcio é gerente dele mesmo. São trinta e sete servidores da Agência Nacional de Mineração para cuidar das barragens do Brasil inteiro. Só em Mato Grosso você falou que são cento e vinte e oito. Ele é só ele. E lá na Coordenadoria de Mineração, para fazer o licenciamento ambiental somos em oito. Então, são vários problemas, mas nós não estamos aqui só para reclamar.

Eu vou falar qual é a atuação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente em relação às barragens de rejeito. Como já foi dito, esse tema é novo, algumas preocupações na construção e na operação dessas barragens estão sendo apontados agora e nós estamos, no que tange a nossa responsabilidade...

...S/TAN

0228au22.tan

A SR^a SHEILA KLENER JORGE DE SOUZA –...o que tange a nossa responsabilidade, estamos começando a cobrar e a inserir em nosso termo de referência, então, o que nós vemos na construção, no empreendimento de mineração em relação as barragens de rejeitos, o que a SEMA vê? A SEMA vai verificar se essa barragem está construída próxima a área de preservação permanente, porque o empreendimento tem que obedecer a legislação. Cada drenagem, cada corpo hídrico vai ter sua área de preservação permanente, estabelecido pela lei.

Verificamos também se há a necessidade de desmate para construir ou ampliar esta barragem; vamos verificar a necessidade de desmate e vamos autorizar através de um plano de exploração florestal apresentado pelo empreendedor.

Verificamos também se ele pretende construir a barragem dentro da área de reserva legal, porque é proibido por legislação toda e qualquer atividade de mineração em área de reserva legal e outras coisas, vemos se tem o sufocamento de vegetação, conseguimos verificar visualmente se tem processo de ravinamento, processo erosivo. A nossa atuação, no que tange as barragens de rejeitos são isso.

Estamos fazendo um Termo de Cooperação Técnica com o DNPM, a minuta já está pronta. Nesse Termo de Cooperação Técnica faremos a interface com a ANM. A ANM tem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

alguma dúvida, ela fala conosco, se tivermos alguma dúvida falaremos com a ANM, há necessidade de fazer vistoria em conjunto? Iremos fazer.

Já fizemos, agora, uma vistoria em conjunto nesse mês, fomos a... porque tivemos várias notícias sobre a mineração...

Vocês viram que não falou de nenhuma barragem no Município de Cuiabá, ele falou Várzea Grande, Poconé e Livramento, só que a mídia falou muito das barragens de Cuiabá que são duas e uma nem aparece ali, que ela já está em fase, talvez, cadê o Marcio? De descomissionamento, não é Jusci?

Nós fomos verificar, fizemos uma vistoria junto com a ANM na barragem que saiu na imprensa, por quê? Porque é importante esclarecermos todas as dúvidas.

Essa Audiência Pública é muito importante para esclarecer as dúvidas da sociedade, para deixar bem claro as características dos nossos barramentos.

Essa instrução normativa de 2017...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Heim Sheila.

A SRª SHEILA KLENER JORGE DE SOUZA – Oi!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Sobre essas barragens de Cuiabá, são quantas?

A SRª SHEILA KLENER JORGE DE SOUZA – Duas.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Duas e são de minério de ouro?

A SRª SHEILA KLENER JORGE DE SOUZA – Estamos falando aqui só das barragens de rejeitos de ouro...

...s/cms...

0228au023.cms

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...E são de minério de ouro?

A SRª SHLEILA KLENER JORGE DE SOUZA – Estamos falando aqui só das barragens de rejeitos de ouro...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Cuiabá, duas de rejeitos de ouro?

A SRª SHLEILA KLENER JORGE DE SOUZA – É assim, como vimos na legislação a barragem pode ser de água também, também tem de resíduos industriais, mas aqui eu estou falando e o Márcio falou, sobre barragem de rejeitos de mineração. Temos que deixar bem claro que essas barragens de rejeitos de Mato Grosso, da região da Baixada, elas são de minério de ouro e elas não foram construídas, a metodologia como Márcio disse, com metodologia empregada na região de Minas Gerais.

Deixa eu tentar falar para vocês mais ou menos, o Márcio mostrou aquela foto, tem aqui aquela foto do cano. Então, as nossas barragens aqui são construídas positivo, você tem o solo e antes deles tirarem o minério, eles vão tirando que não tem ouro, eles vão fazendo como se fosse um muro...

(O TÉCNICO FALA COM A ORADORA – INAUDÍVEL).

A SRª SHLEILA KLENER JORGE DE SOUZA – Deixa essa aqui, eu não posso colocar meu dedo aqui, ninguém vai ver. Não tem jeito.

Eles vão construindo como se fosse uma bacia, um muro, Primeiro, vai começar a mineração, não tem nada, eles vão na SEMA... Deputado, o nosso licenciamento é trifásico, não são tantos “eles”, “eles”, que o senhor disse. Licença prévia, licença de instalação, licença de operação, aí a licença de operação pesquisa mineral ou provisória. Então, temos o licenciamento trifásico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A licença prévia, o minerador vai lá e ele vai explicar onde ele vai fazer o quê, quando ele tem a LI, ele vai instalar. Ele abre a cava dele, o que não tiver ouro, ele vai fazer a bacia, o dique, ele vai construir como se fosse uma piscina alta; depois quando ele começa a trabalhar, ele tem que ter um lugar mais alto que é onde ele joga o rejeito dele, ele vai jogar o rejeito dele assim. Aqui é a montante e aqui a jusante, por isso que ele fala que as nossas barragens são jusantes, ele vai jogar aqui com esse cano tudo que não tiver ouro que é essa areia com argila, que são os oligominerais que falamos, é uma areia mais grosseira, características das barragens aqui de Mato Grosso e ele vai jogar para cá, por isso que ela irá crescer a jusante, diferente das bacias de lá. Lá é muito antigo, ele tem o relevo onde eles vão fazer, eles fazem nos vales; ele faz um vale nessa primeira, ele faz o vale e tem que subir a barragem dele assim para empurrar o rejeito.

Então, lá são barragens construídas para cima e a nossa é reta, usando o método, usando a sua topografia mais baixa. Não é isso, pessoal dos geólogos? Eu tento sempre explicar dessa maneira mais fácil porque não é fácil a mineração, ela é muito específica, temos que aceitar as dúvidas, às vezes, para nós que estamos acostumados são óbvias, mas temos que esclarecer, sim. Eu acho importante e salutar as Audiências Públicas, elas deveriam ocorrer com frequências nos municípios que ocorrem mineração, para tentar explicar e tentarmos fiscalizar cada vez mais para que não ocorra. Talvez, um ponto positivo é que as nossas mineradoras do Estado de Mato Grosso não estão fora da região de Poconé, que está dentro de uma área urbana, dentro da malha urbana, não tem vidas, não tem construções próximas dessas barragens de rejeitos.

Eu acho que o que tinha para falar era isso, falar do Termo de Cooperação Técnica que só está faltando passar pelo conselho, eu acho que ele vai para a Procuradoria-geral, não sei, e vamos assinar com a AMN, vamos trabalhar com eles a partir deste ano. Esse Termo tem duração de quatro anos, podendo ser prorrogado por mais quatro anos.

Acho que é isso, se alguém tiver alguma dúvida depois iremos respondendo ao longo da Audiência Pública, muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Dr^a Sheila, pelas explicações em nome da SEMA, porque eu imagino aqui, Deputado Ulysses Moraes, a imprensa também não sabe nada de barragens...
...s/lcb...

0228au24.lcb

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) -...a imprensa não sabe de nada de barragens, de rejeito, de coisa nenhuma, ela sai atrás. E quando fala em questão ambiental a primeira coisa que vem é SEMA, Instituto Chico Bio, IBAMA, aquela turma toda.

Então, a senhora deixou bem claro aqui quais são as responsabilizadoras, prerrogativas, que a SEMA... No caso aqui, a Agência Nacional de Mineração que está... A legislação é nova, o código de mineração da Década de 60, e há uma briga também lá no Congresso Nacional que nunca renova esse código e descobriram que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais mais de 70% dos Deputados receberam contribuições financeiras da Vale para as últimas campanhas, e em nível nacional também a Vale ajuda muitos candidatos, e por isso que pelo menos trinta anos o projeto de reformulação do código mineral não consegue ser discutido e nem votado.

Então, tem muito interesse econômico, financeiro também nessas questões todas.

Com a palavra, o nobre Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES – Na verdade, é uma fala rápida, aproveitando a presença da Secretária e fazer um convite, dizer que nós implementamos a Frente Parlamentar pelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

livre mercado para facilitar empreendimentos, para facilitar com que o cidadão consiga empreender e desenvolver, e crescer no Estado de Mato Grosso. Às vezes o excesso de zelo, o excesso de licença, o excesso de burocracia acaba criando entraves nos empreendimentos particulares. Portanto, gostaria de convidá-los, depois estaremos realizando audiências públicas, estaremos realizando várias reuniões, eu gostaria de convidá-la para estar trazendo demandas da Secretaria a fim de destravar algumas licenças, a fim de facilitar, na verdade, as burocracias que existem hoje no mercado.

Então, gostaria de fazer esse convite futuro que estaremos realizando.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Deputado Ulysses Moraes, nós vamos ouvir agora o Deputado João Batista, depois vamos começar já ouvir a plateia, ouvir também os inscritos da Mesa. Com a palavra, o jovem também Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA – Cumprimento o Deputado Wilson Santos, em seu nome todos do dispositivo de honra, e saúdo a cada um de vocês que, nesse momento, se encontram aqui, alguns, é claro, preocupado com essa questão não só dessa última tragédia que aconteceu em Minas Gerais, mas também que possivelmente possa acontecer aqui no Estado de Mato Grosso.

Eu estava conversando com a Dr^a Sheila de que boa parte dos presentes talvez sejam os estudantes da área, talvez seja os universitários...

...s/ale...

0228au026.ale

O SR. JOÃO BATISTA – ...estudantes da área, talvez sejam universitários que vieram aqui até para estarem participando do assunto.

Eu parabeno Deputado Wilson Santos, pela realização da Audiência Pública porque nós temos que ter a preocupação com esse equilíbrio, talvez se Minas Gerais tivesse levado mais a sério a questão do equilíbrio, entre a produção e a segurança essas tragédias não tivessem acontecido.

Na fala do Deputado Ulysses Moraes aqui, e até eu concordo que nós devemos desburocratizar as ações da gestão pública, principalmente nas áreas de fiscalização como forma de fomentar realmente o desenvolvimento do Estado, mas, devemos também tomar muito cuidado porque muitas vezes, podemos na vontade gigante de se produzir, colocar em risco vidas, a própria, vamos dizer a própria natureza como aconteceu lá em Minas Gerais o desgaste ali não foi apenas às vidas que nós perdemos que provavelmente chegue aí a duzentas vidas perdidas, mas, tem ali, o crime ambiental que aconteceu, não só no Estado de Minas Gerais, eu sou do sertão de Pernambuco, uma região que é banhada pelo Rio São Francisco e essa tragédia de Minas Gerais vai refletir lá, vai refletir lá.

Então, nós temos aí, temos o prejuízo ambiental, temos o prejuízo social, financeiro e infelizmente, essas quase duzentas vidas que acabou sendo perdida com aquela tragédia em Brumadinho e que já tinha acontecido antes com Mariana.

Então, parabéns Deputado Wilson Santos, parabéns a todos vocês que se interessam, se preocupam e que vem aqui para aprender e também para cobrar da Assembleia Legislativa, e eu refuto novamente, a preocupação é garantir o equilíbrio, nós temos que trabalhar para manter a questão da produção, nós temos que desenvolver o Estado de Mato Grosso. Nós, não podemos jamais abrir mão da segurança da nossa gente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Então obrigado, boa tarde a todos e que tenhamos uma Audiência Pública profícua.
(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS)–Muito obrigado Deputado João Batista, eu convido agora o Engenheiro José Piccoli. José Piccoli ele é Engenheiro Civil e já trabalhou aqui em várias Usinas Hidrelétricas em Mato Grosso e foi ele o Diretor de Operações da implantação do VLT do Rio de Janeiro (PLATEIA SE MANIFESTA)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – (RISOS) Calma gente!

Calma!

Muita hora nessa calma. (RISOS)

Vocês estavam pensando que estavam onde, não é?

Mas ele foi trazido a Mato Grosso para nos ajudar a implantar o VLT aqui em Cuiabá e Várzea Grande, mas, todo o imbróglio judicial acabou prejudicando, mas, o Piccoli foi o Diretor de Implantação do VLT no Rio de Janeiro, mas, ele também já tinha trabalhado em Mato Grosso antes, especialmente em algumas Usinas Hidroelétricas.

Com a palavra, o Piccoli.

O SR. JOSÉ PICCOLI – Deputado Wilson Santos, pela brincadeira aqui com o VLT, eu vim para o Mato Grosso em 2007, ...
...s/DRM...

0228au26.drm

O SR. JOSÉ PICCOLI –...Deputado Wilson Santos, pela brincadeira aqui com o VLT, eu vim para o Mato Grosso em 2007 para implantar justamente a barragem de Dardanelos a usina de Dardanelos, uma usina de 261 megawatts em Aripuanã e depois eu fiz usina de Teles Pires com 1820 lá em Paranaíta com divisa com Pará, a Dardanelos foi por licenciamento com a SEMA, a Teles Pires por ser divisa dos Estados Pará e Mato Grosso foi através de licenciamento com IBAMA.

Também, tenho experiência de escavações em trabalhar com tuneis, eu fiz um túnel na cidade do México, doze quilômetros. E na cidade do México havia um problema que tinha cobertura nos tuneis de mil e quinhentos metros, então, todo mundo sabe quem é da área de mineração como é que vai fazer a soldagem de um túnel com mil e quinhentos metros de cobertura, mas tínhamos que fazer isso através do sismo, para pode dimensionar o tipo de maquina que seria utilizada a escavação, então, é um trabalho complexo em toda essa parte de engenharia, parte de barragens, seja ela de barragens de rejeito, barragens de captação de água para geração de energia, de uma forma geral, é uma coisa que o Márcio comentou, nós temos que prevalecer na boa engenharia, a responsabilidade ética, profissional na execução do seus trabalhos.

Muitas das vezes, por exemplo, tem fato com relação essa barragem de rejeito lá de Brumadinho ou de Mariana, vocês por acaso, já viram alguma grande construtora fazendo barragens de rejeito? Não, por quê? Uma barragem de rejeito é uma obra pequena e feito por uma grande construtora, vai custar o dobro o que uma construtora pequena.

Então, esses empreendimentos contratam empresas pequenas, que eles falam até que o escritório dele é o porta-malas do carro, tem um que fala que tem carregadeira, patrola, rolo compactador, faz o serviço por um terço do preço que faria uma grande construtor, justamente por trabalhar com material que é de rejeito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Outra coisa que tem na barragem é o seguinte, quando faz a barragem de captação de água ou geração de energia, ele está trabalhando com água de um lado, a água a densidade dela é uma tonelada por metro cubico.

Então, eu vou construir por barramento terra que é um material mais econômico, eu tenho três materiais para fazer a barragem, concreto, concreto rolado que é o famoso CCR, concreto compactado e rolado e terra. Então, terra é o mais econômico, mas sempre quando tenho usina como geração de energia, tem lá estrutura para abrigar as maquinas que são sempre de concretos.

Então, o que precisa ser feito, nesses projetos...s/DMM

0228au27.dmm

O SR. JOSÉ PICOLLI NETO –... o que é que precisa ser feito nesses projetos é seguir preferencialmente o projeto, contratar uma boa empresa para fazer a sua engenharia e segui-la e seguir aquilo que está prescrito no projeto executivo, que é o projeto básico e o projeto executivo. Seguir o projeto. Não é começar a fazer gambiarra e fazer alternativa que começa a fazer mais econômico, mais rápido, mas isso torna-se a obra insegura.

Qualquer obra de engenharia ela tem o seu risco, nós temos os coeficientes de segurança, todas têm o risco, nós temos que minimizar esse risco obedecendo a segurança e fazer aquilo que está prescrito nas nossas normas.

Por exemplo o caso da Vale, em Brumadinho, se você analisar o custo dessa barragem de rejeito é muito pequeno em relação ao empreendimento total da mina, mas a consequência dessa economia que teve lá está sendo muito maior para ela, chegando em torno de 20% do faturamento anual dela, que é de dezoito bilhões de lucro líquido. Está chegando a 20% disso. Para economizar o quê? Em uma barragem que tem quarenta anos de idade, ela foi feita em Alteamto, como o Márcio explicou, de uma forma equivocada, só se usa isso no Brasil. Na Austrália, onde tem mineração, não se usa mais, na China, até na China onde se faz uma série de coisa errada não se faz mais isso.

Então, gente, tem que fazer a coisa correta. Essa parte que nós temos em fiscalização, de controle de obra dessas usinas, dessas barragens, existem todos os programas para serem feitos anualmente de conservação, de preservação e de manutenção, eles têm que ser feitos, tem que ter responsabilidade do empreendedor, da empresa em seguir essas normas, e não esperar um acidente ou aparecer um fiscal para ir lá fazer um laudo para que aquela obra, mostrar só um papel, para chegar lá no órgão licenciador: “Olha, está aqui o projeto que eu fiz do licenciamento.”

Inclusive agora, eu e um pessoal aqui de Cuiabá, prestamos, de forma voluntária, um apoio para Brumadinho, estávamos olhando esse próprio relatório dos alemães, da Tüv Süd, que fez o acompanhamento, havia inconsistência do seguinte: na parte onde estava os piezômetros... piezômetros são pontos que têm na barragem para medir a linha d’água, a linha de percolação de água para saber se aquilo está em risco, se está dentro do limite, porque passou do limite da linha de percolação, é seguro que essa barragem vai embora. Então, havia inconsistência do seguinte: o posicionamento do piezômetro não batia na posição do relatório...

...S/TAN

0228au28.tan

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. JOSÉ PICCOLI-...não o batia na posição do relatório, então o que houve aqui? È focar em famoso *Ctrl C + Ctrl V*, de pegar os relatórios, vou lá entrego o relatório, emito a minha fatura e vou embora, agora, tem a consequência posterior.

Não é uma barragem que estava ai há quarenta anos e vinha sendo alteada de forma constante, uma forma de que deveria ser parada a muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dr. Picolí, esse relatório é o relatório daquela empresa alemã?

O SR. JOSÉ PICOLÉ – Exatamente, é o relatório da empresa alemã.

Quer dizer; a responsabilidade de quem faz o relatório, quem recebe o relatório, tem que preservar isso, é a responsabilidade em qualquer atitude nossa.

Por exemplo: quero citar um fato recente, o incêndio que houve nas dependências do Flamengo, que vitimou dez jogadores. Ele tinha alvará para funcionar dormitório? O local onde eram contêineres, gente, para a criançada dormir, estava previsto? Não! Tinha licença dos bombeiros para funcionar aquilo? Não! Tinha licença da Prefeitura? Não! Agora, imaginam o Corpo de Bombeiros de uma cidade igual o Rio de Janeiro, para poder emitir alvará, licenciamento, lá têm muita gente fazendo coisas clandestinas.

Quem foi que mandou os moleques dormirem lá dentro? Teve um responsável, o custo, talvez, de colocarem esses meninos para morar em um hotel e ir para lá seria muito menor se tivessem feito isso, o que vai fazer hoje a indenização que o flamengo vai pagar para cada família dessa.

Tem duas coisas que precisam preservar: ética profissional e responsabilidade, então, quer dizer, leis nós temos, normas nós temos, tempos é que segui-las.

Temos o CREA, temos a SEMA, temos uma série, cumprimos leis e ordens desde o dia em que nascemos.

Você tem um carro, ele tem um cinto de segurança, usa, você é obrigado, se você é pego sem o uso de sinto de segurança, você é multado, mas se você sofrer um acidente terá muito maior consequência do que se tivesse usando o sinto de segurança, poderia preservar alguma coisa.

No caso dessas barragens nossas, essa é um ponto primordial, respeitar a nossa engenharia; técnica nós temos, como fazer nó sabemos e nossa engenharia hoje, como já foi dito pelo próprio, acho que é do CREA, o Serafim, de barrageiros no Brasil nós somos os melhores no mundo. Quantas barragens já fizemos aqui no Brasil, uma das maiores do mundo, eu mesmo, alguns anos passado, em 2006, 2005, demos assistência, um tempo muito curto para três gargantas na China, aquelas barragens que eles fizeram...

...s/cms...

0228au029.cms

O SR. JOSÉ PICOLLI NETO – ...muito curto para três gargantas na China naquela barragem que eles fizeram, é uma barragem é maior do que Itaipu, mas Itaipu gera muito mais do que a da China.

Então, gente, o que eu gostaria de prevalecer é a responsabilidade e a ética profissional (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Dr. José Picolli, é isso aí, experiência, engenheiro formado em Juiz de Fora. Há quase 50 anos é Engenheiro, trabalhou em grandes obras no Brasil e os professores aí depois se quiserem convidar, eu tenho certeza que ninguém da mesa irá recusar ir lá fazer uma palestra, bater um papo em qualquer universidade dessa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Mas, vamos ver agora alguns vídeos, o Deputado Ulysses Moraes saiu daqui para me corrigir, se realmente fala vídeo. Nós, do Baú e da Lixeira, estamos atrasados (PALMAS). Pode passar os vídeos, se estiver na ponta da agulha pode mandar bala, são três ou quatro vídeos, fita, sei lá o que que é o negócio, película. Se der para apagar a luz, pode também apagar.
(OS VÍDEOS ACIMA CITADOS SÃO EXIBIDOS – PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, agora vamos ouvir o Coronel César Viana, Secretário-adjunto de Proteção e Defesa Civil.

Vamos estabelecer agora um teto de cinco minutos, porque temos aqui inscritos: o Coronel César Viana; o Paulo, que preside o Sindicato dos Geólogos; o Marcos Vinícius Paes de Barros; o Coronel Arbuês José Jacob; o Vereador Walney Rosa, de Poconé; a Silvana Dias, Presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger; o André Molina, Presidente da COOPER, em Poconé; o José Carlos Bazan; o Pedro Kaiser, Professor da UFMT, especialista em construção de barragens; e a Nilma da Silva Taques, que preside à Comissão Estadual de Emergências Ambientais com Produtos Perigosos e Gestão de Resíduos Sólidos, são os inscritos.

Então, vamos ouvir o Coronel César, que é inscrito da mesa, por cinco minutos, Coronel.

O SR. CÉSAR VIANA DE BRUN – Perfeito. Serei breve, Deputado.

Cumprimento o senhor e estendo os cumprimentos já feitos a mesa; senhoras e senhores, boa tarde!

A Defesa Civil, por certo, será o último órgão a querer algum tipo de pânico na sociedade, temos que tentar colocar as coisas nas suas devidas medidas, reconhecendo o quão importante é este tipo de Audiência Pública. Por certo, Deputado, está parabéns por permitir este ambiente onde começamos uma discussão tratando sobre gestão de risco, talvez, a última análise.

Eu entendo que é um ambiente que a sociedade tem a possibilidade de fazer uma escolha sobre o risco que é aceitado em um empreendimento. Não estou falando nada, principalmente, fora do que observamos na atualidade. A sociedade brasileira não aceita mais o tipo de construção de barragens para resíduos de mineração, a exemplo da Barragem de Brumadinho e a sociedade brasileira foi ouvida nisso. Os órgãos executivos já decidiram que esse tipo de barragem não será mais construída e no ambiente Legislativo, na Casa de Leis federais como acontece na Casa de Leis do Estado, se avizinham um maior aperto na legislação. O Deputado recentemente propôs, foi aceita uma legislação que trata do monitoramento de barragens.

Eu tenho 10 transparências aqui, pessoal, será bastante rápido porque o meu objetivo é pontuar como a Defesa Civil Estadual se posiciona nas suas atribuições acerca dos riscos associados às barragens.

Eu pensei aqui a Bíblia da Defesa Civil, que é Política Nacional de Proteção da Defesa Civil, é política recente que já no seu art. 2º fala: “É dever de todos nós, de todos os entes adotar medidas necessárias para redução dos riscos de desastres.”.

O art. 3º fala que a “Política Nacional de Proteção da Defesa Civil, abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção.”

Então, nos preocupamos “tanto na prevenção de acidentes advindos da construção barragens até a resposta em caso de acontecer um acidente, um desastre.”

“A Política Nacional de Proteção, deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas...”

...s/lcb...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0228au30.lcb

O SR. CÉSAR C. VIANA DE BRUN -...desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudança climática, gestão de recursos hídricos, geologia, educação, ciência, tecnologia e demais políticas setoriais. Amplo, não é?

Pontualmente, nesse caso aqui, eu já posso explicar ao nobre Deputado, aos senhores e senhoras, que nós vamos criar um ambiente, aliás, vamos fomentar um ambiente dentro do conselho estadual de proteção e defesa civil que nós possamos discutir com todos os secretários do Estado que são os que compõe o Conselho Estadual de Defesa Civil, o enquadramento, o ambiente que se discute a defesa civil, melhor dizendo, quando de um grande empreendimento, quando de uma grande ação que permeia responsabilidade de todas as secretarias. Então, estou falando pontualmente, criar um ambiente que nós possamos discutir, entender, sob a ótica de proteção e defesa civil todos os empreendimentos do Estado. E esse ambiente é Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil criado o ano passado na lei que criou a política estadual de proteção e defesa civil.

Compete aos estados na política nacional de defesa civil identificar e mapear as áreas de risco, realizar estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades em articulação com a União e os Municípios. É a defesa civil e nós devemos articular com todos os entes e, inclusive, com a sociedade civil, organizada e, inclusive, com o mundo acadêmico para produzir conhecimento acerca de riscos e de desastres.

Realizar o monitoramento petrológico, hidrológico e geológico das áreas de risco em articulação também com a União e com os municípios.

Apoiar sempre que necessário os municípios no levantamento das áreas de risco na elaboração dos planos de contingência, de proteção e defesa civil e na divulgação de protocolo de prevenção e alerta de ações emergenciais.

Compete aos municípios identificar e mapear áreas de riscos e desastres, principalmente a cargo das comissões municipais de proteção e Defesa Civil com o apoio da defesa civil estadual e com o apoio da Defesa Civil Nacional, e com o apoio do sistema nacional de proteção e defesa civil. Nós não estamos aqui de forma alguma dizendo: é atribuição do município, ele que deva mapear e monitorar as áreas de risco. Estou dizendo que o município está inserido em um grande sistema que é o sistema nacional de proteção de defesa civil.

Compete ao município, pela lei nacional, promover a fiscalização das áreas de risco, de desastre, e vedar novas ocupações nessas áreas.

Vistoriar edificações em áreas de risco e promover quando for o caso a intervenção preventiva e evacuação da população das áreas de risco ou das edificações vulneráveis.

Finalizando, mais dois, manter a população informada sobre as áreas de risco, realizar regularmente exercícios e simulados conforme o plano de contingência e de proteção e defesa civil...

...s/ale...

0228au031.ale

O SR. CÉSAR C. VIANA DE BRUN – ...o plano de contingência e proteção e defesa civil.

Eu trouxe aqui (SLIDES) um dos instrumentos que existem para que nós planejemos o ordenamento urbano que é uma política, é uma missão que a Defesa Civil Estadual tem de fomentar que todos os municípios do Estado a exemplo de Comodoro tenham as suas cartas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

de suscetibilidade de movimentação gravitacional em massa e inundações, isso é um trabalho do serviço geológico do Brasil, somente Comodoro tem.

Sintonização de risco geológico, nesse caso nós temos 16 municípios mato-grossense que tem essa Carta, este aqui é de Comodoro, este aqui é de Cuiabá, diz: as áreas suscetíveis a um desmoronamento, suscetível a um alagamento e diz as pessoas em casas atingidas.

E aí existia aquele plano de emergência, eu já estou finalizando, creio que estou com 3 minutos e 40 segundos.

Pontualmente na questão de segurança de barragens, aquelas barragens sejam, para proteção de água, para proteção de energia, seja para depósito e resíduos de mineração, classificadas como de potencial alto de danos, elas devem entregar à Defesa Civil o plano de ação de emergência, está na lei que estabeleceu a política nacional.

Nós, temos na Defesa Civil onze planos desses empreendimentos classificadas como de alto risco, onze.

(O SR. PRESIDENTE DEPUTADO WILSON SANTOS FALA FORA DO MICROFONE)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Pode citar alguns deles?

O SR. CÉSAR C. VIANA DE BRUN – Posso citar, até todos.

Eu tenho lá da Barragem EPP que fica em Pontes e Lacerda de Mineração, de Mineração Aipoena, eu tenho da Casa de Pedra que é de Mineração aqui em Cuiabá, tenho da Dardanelos, Aripuanã, eu tenho da Graça Brennand, de antiga Terra Santa que fica uma hidroelétrica em Barra do Bugres, Itiquira, que fica Itiquira, Jauru, Jauru que é Indiavaí, eu tenho Juba 1 que é em Barra do Bugres, todas essas outras que eu falei de produção de energia elétrica, Ombreiras, Araputanga, Pampeana em Barra do Bugres, também para energia elétrica, Ponte de Pedra, energia elétrica em Itiquira e a Hidrelétrica São Manoel em Paranaíta também de produção de energia elétrica. Dessas que eu falei somente a Barragem de EPP em Pontes e Lacerda que é da Aipoena que é de Mineração...

...s/DRM...

0228au32.drm

O SR. CÉSAR C. VIANA DE BRUN -...Pontes e Lacerda que é da Aipoena que é de Mineração, repito, essas que citei aqui são as classificadas pela fontes oficiais das agências como de risco, vou colocar o termo certo aqui, dano potencial alto. Portanto, por lei elas devem entregar esse plano à defesa civil.

Dessas onze que citei aqui relacionada com barragem para contenção de resíduo, somente a barragem EPP que fica em Pontes e Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Essa ponte...

O SR. CÉSAR C. VIANA DE BRUN – Não tem mais outra aqui, casa de Pedra, Cuiabá, contenção de regente de mineração. Então, são duas dessa minha relação aqui, que tenho na defesa civil os planos de ação e estou com engenheiros e geóloga, inclusive profissional que chegou recentemente da defesa civil, analisando esses planos sempre do ponto de vista do plano de ação emergência, ou seja, bem pontual para finalizar.

O que eu vejo nesse plano.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Coronel, tem muito burburinho e aqui temos que ser sincero, sobre a casa de pedra, há boatos que pertence ao Governador, questão pessoal, privado dele, não tem nada haver essa questão, qual é o risco, as vezes estou lá em cima em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Chapada dos Guimarães, eu fico olhando ali, ali é um trator, é uma planície ali, qual seria o risco, vamos supor que houvesse rompimento dessa barragem de regente na casa de pedra, qual seria o risco de contaminar os córregos?

O SR. CÉSAR C. VIANA DE BRUN – Para classificação leva em conta a categoria de risco, também vai de alto, médio e baixo e o dano potencial associado, neste caso é o dano potencial de alto porque a classificação de risco dela é baixo.

A característica nossa do nosso estado, diferente de Minas Gerais não é muito acidentado o terreno, por tanto, sim, tem menos danos associados com uma situação de rompimento nesse vazamento desse regente. Repito ela tem o plano de ação emergência por conta do dano associado alto, mas o risco é abaixo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ok.

O SR. CÉSAR C. VIANA DE BRUN – Eu finalizo então, eu vinha falando que a defesa civil, a intenção aqui é justamente essa, de posse de ação emergência o que a defesa civil faz, nós analisamos esse plano, se a empresa diz que ela planeja retirar uma comunidade que está a jusante mil metros, um quilômetros retirar em meia hora, nós analisando se a onda de regente, onde de água vai chegar lá determinado tempo...s/DMM

0228au33.dmm

O SR. CÉSAR C. VIANA DE BRUN –...nós analisamos se a onda de rejeito, a onda de água vai chegar lá em um determinado tempo e que há uma forma de alerta e monitoramento que propicie que essas pessoas sejam retiradas a tempo de lá. Então é necessário irmos à campo e nós vamos a campo nesses empreendimentos aqui para comparar o plano recebido com o sistema de alerta, monitoramento e para ver se é viável a retirada dessas pessoas sob condições de risco no caso hipotético de rompimento dessa barragem.

É nesse sentido que nós nos posicionamos.

Grato, Deputado, pelo convite e pela iniciativa. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, coronel!

Agora o Marcos Vinícius, Superintendente Técnico da METAMAT, ele tem um outro compromisso, eu vou ceder a palavra a ele. Ele veio aqui representando a METAMAT.

O SR. MARCOS VINÍCIUS PAES DE BARROS – Eu agradeço, primeiro, o convite do Deputado Wilson Santos, a participar desta mesa, nós apresentamos um relatório à Comissão que está tratando de barragens, já foi encaminhado pela METAMAT, há uma semana, especificando as áreas de riscos inerentes às barragens de rejeito e listando-as e com mapa de cada área de alto risco, baixo risco e médio risco.

O trabalho da METAMAT não específico nessa área, nós somos mineral, uma estatal, nós temos convênio, a Defesa Civil tem ciência, que todo projeto de risco através do Termo de Cooperação feito na época do Elias Santos, nós teríamos um técnico acompanhando a vistoria da Defesa Civil, que foi o caso de Barra do Garças, o único que tinha problema de desmoronamento, foi na região de Salto do Céu e Jauru, que teve problemas de alagamento, na região Leste, nós acompanhamos isso e tem mais de vinte relatórios desse tipo de trabalho em conjunto.

Nós temos que colocar aqui é o seguinte: a METAMAT tem equipe técnica qualificada as mais qualificadas do Estado, inclusive, o senhor sabe disso, os nossos técnicos têm trinta e seis anos, trinta e sete anos de Companhia, é muita vivência e estamos à disposição de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

qualquer órgão que precisa de nós para um suporte como temos dados à Defesa Civil, à SEJUD, à SECID, etc. Eu vou nos colocar, em nome do Presidente, à disposição para qualquer apoio...

...S/TAN

0228au34.tan

O SR. MARCOS VINICIUS PAES DE BARROS -... em nome do Presidente, a disposição para qualquer apoio que precisar dar pelos técnicos da METAMAT e das estruturas que podemos contar hoje. OK?

Eu agradeço, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Marcos, esse relatório, se alguma universidade, alguém que tiver interesse, ele é público? Pode ser repassado ou não? Ou é só da Assembleia?

O SR. MARCOS VINICIUS - Pode, não tem problema nenhum, o relatório, na verdade, é o atendimento, uma demanda da Comissão, eu tenho em *pen drive*, qualquer instituição pode entrar em contato...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Não é fita, não?(RISOS)

O SR. MARCOS VINICIUS – Não, não, pode mandar por e-mail também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, ao Marcos Vinicius Paes de Barros, que veio aqui em nome da METAMAT.

Vamos ouvir agora o Vereador de Poconé, lá têm quantas barragens? Eu anotei, fiquei besta de ver, 32 barragens em Poconé, 17 em Livramento, são 49, isso representa 40% das 128 barragens de Mato Grosso e a Câmara Municipal, recentemente, fez também, não é Walney? Uma Audiência Pública para debater as Barragens.

Tem uma Barragem dentro da cidade, no perímetro urbano, gigantesca, eu já tive a oportunidade de sobrevoar, fiquei impressionado, viu Vereador, sai dali impressionado, mas gente, como é que pode ter uma escavação; falam até que há buracos com mais de 300 metros de profundidade, é verdade isso?

Com a palavra o Vereador Walney.

O SR. WALNEY DE SOUZA ROSA - Boa tarde senhoras e senhores, antes de mais nada, eu gostaria de colocar, um dos maiores símbolos do amor de uma pessoa pela outra, um dos símbolos vem se através do ouro.

Com a minha esposa, um dos símbolos da nossa união é o ouro e seria de forma demagógica a pessoa vir aqui e ser alheia ou contra a mineração.

O Município de Poconé precisa, Deputados, da mineração. A mineração pagou para nós, meu amigo André, está aqui, só de CFEN quase três milhões no ano passado, sem conta o IOF em ouro, entre outras atividades.

No entanto, gostaria de dizer para os senhores e um dos Deputados autoridades presentes falou aqui sobre o empreendimento e o respeito pela vida.

Gostaria de convidar Vossas Excelências para discutir no dia da água; até porque vou falar da minha casa lá de Poconé e nós vamos discutir no dia 22, dia da água, especificamente água e produção mineral e se eu fugir da pauta é porque eu estou trazendo o grito de algumas das pessoas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu quero falar que, no dia 19 de fevereiro de 2017 houve um alagamento no Distrito de Cangas, foi até no telhado de algumas residências, prejudicaram crianças, matou animais...

...s/cms...

0228au035.cms

O SR. WALNEY DE SOUZA ROSA – ...algumas residências, prejudicou crianças, matou animais, era véspera da Páscoa, levou embora consigo três tanques de peixes, deixou desabrigadas que ainda estão aqui, cinco famílias, são essas as famílias.
(O ORADOR APONTA PARA A IMAGEM DO DATA SHOW).

O SR. WALNEY DE SOUZA ROSA – Eu queria dizer para vocês que diferente do que o Deputado falou, não há barragem, Deputado, em Poconé, há cavas garimpeiras como essa. Se me disserem que essas casas, essa rua aqui é zona rural, eu não sei o que é zona urbana, devido às operações alguns filões antigos que estavam lá no Distrito de Cangas começaram a eclodir. E esta, se alguém me disser que essa grande cava garimpeira é na zona rural e o pior, a Avenida Anildo de Toledo está ali na frente. Haverá algum momento, haverá algum momento que a população se estiver errada, tem que ser convidada a sair dali porque está errada...
(O SR. PRESIDENTE DEPUTADO WILSON SANTOS FALA COM O ORADOR – INAUDÍVEL).

O SR. WALNEY DE SOUZA ROSA – Porque não há autorização pela SEMA para zona urbana.

Estas são algumas das casas que foram adquiridas pela mineração tendo em vista que houve um acordo entre eles e depois foram demolidas. Esta é a Rua Ana Vaz, perto da Avenida Anildo de Toledo.

Esta é a população da Rua Antônio João, no Bairro João Godofredo que, por sinal, a emissora veio lá que 50% da Rua Antônio João foi engolida por uma mineração, por uma cava garimpeira.

Esse deslizamento aparente é na entrada da Comunidade Boi de Carro, e não é barragem, é montanha de rejeito, só para ficar claro.

Onde esse senhor da moto está passando já foi empurrada a estrada da Comunidade Boi de Carro para frente, aí sinal das máquinas, porque estava vendo o deslizamento, onde passam pessoas para Comunidade Boi de Carro.

Esse é o sítio da Sr^a Janja, da Comunidade Boi de Carro e as montanhas.

Este aqui já são duas montanhas de rejeito na Comunidade Capão do Angico, que quando chove lá há 45 centímetros de água na estrada.

Aqui um novo empreendimento mineral que, por sinal, autorizado. E foto de uma bacia de contenção em Poconé, essa foto é de janeiro e posso me omitir de falar qual era essa bacia, mas eu creio que há sim.

Este é o mapa, o limite urbano de Poconé, este é o limite urbano de Poconé com a lei de 1981.

Eu quero dizer para os senhores e para senhoras, que há mineração, sim, dentro do limite urbano.

Eu gostaria de convidar a Defesa Civil, convidar novamente a companheira Sheila da SEMA, convidar os deputados e as autoridades porque temos que dar uma resposta para essa população. E dizer que presumo que, nos organizando, podemos ampliar em 30% mais vagas para a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

mineração e dizer que Poconé defende a mineração, mas não pode haver mineração prejudicando famílias como apresentamos. Muito obrigado, não tenho nada a opinar, tenho apenas a apresentar (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bom, parabéns, o Vereador mostrou que você preparou para a Audiência Pública, trouxe fotos, parabéns
Agora vamos ouvir o Paulo Cruz. O Paulo é Presidente do Sindicato dos Geólogos em Mato Grosso, depois o Coronel Arbuês.

Antes do Paulo, por gentileza, Paulo, só um pouquinho, o Dr. Serafim pediu que ele quer responder um pouquinho sobre essa situação de Poconé.

O SR. SERAFIM CARVALHO MELO – Essa questão é o seguinte: eu digo sempre que a mineração, vamos supor, a ANM é a última que fala nesse processo. Por quê? Porque somos os gestores do patrimônio mineral da União. Qualquer cidadão brasileiro, ou empresa brasileira pode requerer área para pesquisa mineral em qualquer lugar independentemente de autorização do dono na terra, ponto.

Então, ele recebe um alvará para fazer pesquisa, mas para fazer pesquisa ele tem que ingressar numa determinada área, aí ele irá perguntar ao proprietário da terra se pode ou não ir lá instalar. “Não, não pode”. Então, vai para a Justiça e a Justiça é que dirá o que é mais importante, manter as casas lá de Poconé naquela determinada rua, ou extrair ouro de lá para transformar isso...
...s/lcb...

0228au36.lcb

O SR. SERAFIN CARVALHO MELO -...manter as casas de Poconé naquela determinada rua ou extrair o ouro de lá para transformar isso em bem para a própria sociedade? Então, a justiça vai dizer: “Não, nós vamos manter as casas, então não vai ter a mineração”. Ou vice e versa. Então, isso é simples, Vereador. É só para a prefeitura, ou quem quer que seja, comunicar a justiça, a Agência Nacional de Mineração e vai dizer lá para a empresa de mineração que não quer aquela mineração lá. É simples. É fazer isso. E quando esse processo chega lá na agência, está na justiça não vai. Então, eu dou um exemplo simples da questão da areia do rio Cuiabá. Quando começou teve um problema, aí os ambientalistas criaram problema e tal, vai matar os peixes, tatatá, a minha chácara de lazer é logo ali na margem e eu estou lá no final de semana e estão passando e fazendo poeira. A justiça vai dizer o que é mais importante, tirar areia do rio Cuiabá para fazer casa popular ou buscar areia lá em Porto Alegre? A justiça vai dizer se nós vamos buscar areia em Porto Alegre ou deixar as casas de lazer ou não. Então, a mesma coisa é aqui em Poconé e mandar, a prefeitura deve mandar para a agência um mapa atualizado do plano diretor da cidade, porque toda vez que vai analisar aquele requerimento de pesquisa mineral nós vamos comparar com o mapa do controle de área. Ah! Não, está dentro de área rural, dentro de área urbana. É indeferido de plano ou, senão, tem que ter uma autorização da administração municipal. É isso que se faz. Agora, se a área urbana cresceu e a mineração já estava lá é um caso a discutir se quer que continue ou não. O senhor mesmo disse que, tem vantagens, recebeu três milhões o ano passado. Então, se cortar a mineração vai que reduz essa renda.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Serafin (PALMAS).

Eu acho que essa questão é simples, o que o Deputado João Batista colocou, o desafio é o equilíbrio, tudo na vida nossa o desafio é o equilíbrio. Tudo pode ser feito desde que seja feito de forma equilibrada. Ninguém é contra a mineração. Disse aqui para mim o Deputado Ulysses

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Moraes: “Se entrasse todo imposto de tanto buraco que tem Poconé, Poconé já era para estar no padrão de Dubai”. O que tem de buraco em Poconé, o que tem de escavação. Eu falei aqui e o Vereador Valnei não me respondeu. Tem ou não tem lá escavação que chega a trezentos metros de profundidade?

O SR. VALNEI – Tem.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O Deputado achou que fosse brincadeira. Tem ou não tem?

O SR. VALENEI – Tem. E só para esclarecer sim...

...s/ale...

0228au037.ale

O SR. WALNEY ROSA– ...só para esclarecer sim, e há uma discussão que nós passamos na semana passada lá e há uma omissão do município, há uma omissão do município, e as reclamações da população chegam na Câmara dos Vereadores e nós temos que fazer isso. Agora já temos a garantia do Dr. Serafim estar lá conosco dia 22 e vamos discutir, vamos esclarecer, vamos trazer a verdade.

Estou à disposição!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ninguém é contra a mineração, a geração de empregos, pagamentos de impostos? Nós vamos fazer uma CPI agora também para estudar sonegação de impostos nessa área de ouro, diamantes em Mato Grosso, o desafio é o equilíbrio.

Próximo é o Paulo Cruz, por gentileza Paulo. Presidente do Sindicato dos Geólogos do Estado de Mato Grosso tem até 5 minutos o presidente.

O SR. PAULO CRUZ – Primeiramente boa tarde a todos, agradecer aqui o convite do Deputado Wilson Santos.

Eu não vou ser redundante na minha fala, eu quero enfatizar aqui com a atenção de todos, foi apresentado aqui essa situação da infraestrutura da SEMA, da Agência Nacional de Mineração e quero frisar a seguinte situação; a SEMA hoje, na Coordenadoria de Mineração ela possui oito analistas, na Agência de Mineração se eu não me engano, me corrijam quatro analistas para o Mato Grosso todo, então, nós vivemos aqui e aqui é um Estado muito rico, está entre os cinco maiores produtores de minério do Brasil, nós somos o maior produtor de insumos agrícolas do Brasil e o objetivo dessa Audiência Pública com esse enfoque em barragens que está no momento bem enfatizado em todo Brasil com esses problemas é...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dr. Paulo, em termos de ouro Mato Grosso está em que lugar?

O SR. PAULO CRUZ – Atualmente se não me engano quarto lugar.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quarto lugar?

O SR. PAULO CRUZ – Isso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quem que produz mais ouro aqui em Mato Grosso?

O SR. PAULO CRUZ – A COOGAVEP– Cooperativa dos Garimpeiros lá de Peixoto de Azevedo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ok, mas, eu digo assim, tirando Mato Grosso, quais são os maiores produtores de ouro do Brasil? Estados?

O SR. PAULO CRUZ – Hoje é, Minas Gerais, Goiás e Pará.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Esses três estão na frente de Mato Grosso, tem mais ouro que nós.

O SR. PAULO CRUZ – Isso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Diamante nós somos o primeiro?

O SR. PAULO CRUZ – Diamantes, nós somos o primeiro. E assim, enfatizando a situação do sindicato, em todo esse sentido aqui junto ... de barragem, nós do sindicato juntos da AGEMAT que é Associação dos Geólogos de Mato Grosso, o **Geo clube** e a Sociedade Brasileira de Geologia, nós durante esse período eleitoral apresentamos propostas para diversos deputados, para todos os governadores que estavam concorrendo, senadores, entendeu?

Em janeiro deste ano, nós apresentamos junto da METAMAT um projeto...
...s/DRM...

0228au38.drm

O SR. PAULO CRUZ –... Em janeiro deste ano, nós apresentamos junto da METAMAT um projeto visando à utilização da METAMAT com a melhor infraestrutura onde, a proposta seria a transformação de serviços geológicos mato-grossense, até frisando a situação do Marco Vinicius que ele informou que a METAMAT possui profissionais com experiência, profissionais com infraestrutura.

E aproveitando toda essa situação, Deputado, até neste momento aqui...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Hoje a METAMAT está no formato de empresa pública? E a proposta de vocês é transforma-la em agência?

O SR. PAULO CRUZ – Serviço Geológico Mato-grossense. Por que, hoje estamos conversando sobre barragens, está na mídia, é um problema muito serio, mas todos os municípios do Estado nós temos problemas com recursos hídricos associados a cemitérios, aterro sanitários e uma parte do Estado tem problema com barragens.

O Deputado João Batista, frisou uma situação que nós vivenciamos, nós garimpeiros. Produção, nós não podemos parar de produzir como foi demonstrado na fala do Márcio, que aqui temos algumas particularidades em relação a Minas Gerais, nesta situação de barragem.

Nesse sentido a legislação de barragem, a legislação federal ela é bem detalhista, o que no meu ponto de vista a agencia de mineração sofre como todos esses órgãos aqui do Estado, sofrem com que? Com falta de verba, na mídia nacional já foi demonstrado que agencia de mineração já não recebe nem 20% do CFEM que é arrecado para ser utilizado na sua infraestrutura.

(UM PARTICIPANTE DA PLATEIA QUESTIONA O ORADOR- INAUDÍVEL)

Neste momento eu não tenho como te responder exato. Mas assim, como entrando num contexto geral, essa situação da legislação, Deputado, essa Lei Estadual nº 10.836 de 19 de fevereiro, que foi sancionada agora este mês de fevereiro, ela é uma legislação que onera os mineradores, por quê? Porque na legislação federal ela já existe uma resolução 4, a portaria número 4 que foi publicada agora dia 15 de fevereiro que fala essa questão do sistema de alarme e monitoramento, controle eletrônico para alguns tipo de barragem.

Então, aqui Poconé e Nossa Senhora do Livramento nós temos uma mineração, um garimpo mecanizado como o Serafim informou, que possui um posto muito alto de operação, quem trabalha com mineração de ouro, garimpo mecanizado sabe do custo.

Então, nessa situação dessa legislação estadual no artigo 1 fala o seguinte:.../S/DMM

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0228au39.dmm

O SR. PAULO CRUZ –... nessa situação dessa legislação estadual, no artigo 1º fala o seguinte: “As empresas e companhias que necessitem de barragens e represas de contenção para realizar suas atividades, independentemente de quais sejam estas, ficam obrigadas a instalar sistemas de alarme, monitoramento e controle das estruturas e segurança de suas unidades.”

Esta situação vai onerar muito todas as mineradoras, por quê? Porque a maioria é mineradora de médio a pequeno porte. É diferente da mineração de lá de Pontes e Lacerda, que é uma mineração de capital aberto, produz mensal mais de cem quilos de ouro. São situações peculiares. E, nesse sentido, a legislação federal já é bem detalhista. E agora, Márcio, me corrija, a legislação está mudando. Por quê? Porque hoje ainda não tem conscientização...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Esses cem quilos de ouro é mês ou ano?

O SR. MARCOS VINÍCIUS – É mensal.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mensal. Essa é aquela canadense, não é?

O SR. MARCOS VINÍCIUS – Isso. Apoená.

Nesse sentido, não existe ainda conscientização do minerador, do garimpeiro, aqui na Baixada Cuiabana.

Hoje eu trabalho diretamente com barragens também, nesse sentido demonstramos à legislação, todas essas necessidades que precisa ser feito e a multa até gora, Márcio, a legislação nova ainda não foi sancionada, é uma multa baixa. É uma multa que começa com dois mil e quinhentos reais.

Com essa situação que aconteceu em Brumadinho no dia 26 de janeiro de 2019 vai ter essa alteração dos valores da multa. A multa inicial é para chegar de dez mil a dez bilhões de reais. Nesse sentido, todos os mineradores já vão mudar, eu acredito, a sua postura, conscientização.

E pelo Sindicato, eu aproveito a oportunidade de pedir ao Deputado para olhar com outros olhos essa situação da SEMA, da METAMAT, que nós temos como utilizá-la menor dentro da estrutura do Estado...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Em relação aos técnicos, não é?

O SR. MARCOS VINÍCIUS – É. Em relação aos técnicos e até em relação à infraestrutura.

A Defesa Civil, em 2016, eu participei de uma vitória, lá em Nova Lacerda, com a Defesa Civil, que ela só tinha um carro para o Mato Grosso todo, em 2016, janeiro de 2016.

Essa situação de infraestrutura eu acho que todos os órgãos públicos sofrem, Agência de Mineração, a SEMA, em um contexto geral. Agora aconteceu essa tragédia, nós temos aqui problemas também...

...S/TAN

0228au40.tan

O SR. PAULO CRUZ -...aconteceu essa tragédia. Nós temos aqui problemas também e estamos dentro do Pantanal, só que tem características totalmente diferentes de Minas Gerais, enfatizando que esses barramentos, como foi colocado aqui, são depósito de minério, igual o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

André Molina na apresentação com o DNPM; lá no DNPM, André Molina, No ano passado? Só que tem um contexto totalmente diferente, são 80% de sólido e 20% de líquido, só que tem o risco também.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – E no minério de ferro, é quanto?

O SR. PAULO CRUZ – No minério de ferro o que acontece; lá em Minas Gerais é aproveitada, praticamente, toda a rocha, não existem estéril, certo! Então, eles moem tudo e vai virar uma areia fina, vira uma lama, entendeu? E lá eles não têm o tal do “bota fora” que nós temos aqui. Esse bota fora, em nossas barragens, são utilizados para fortalecerem o barramento, em Minas Gerais não existe isso, eles usam a própria areia, a própria lama para fazerem o alteamento da barragem, que agora ficou proibido o alteamento ao montante e aqui não; nesse contexto regional da baixada cuiabana é utilizado o estéril para o fortalecimento do entorno da barragem...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Por isso nunca teve acidente?

O SR. PAULO CRUZ – ...Também.

Já teve acidente, mas acidente de pequeno impacto.

Interessante, a Cooperativa de Poconé distribuiu aqui um panfleto demonstrando um exemplo, por exemplo: as características das barragens da baixada cuiabana; um exemplo da cooperativa, do panfleto, demonstra que, se tivesse algum tipo de vazamento, iria vazar com cinco metros de distância, trezentos metros de distância, corrigindo, em relação a mil metros da residência. Entendeu?...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Essas mineradoras tem gerado muito emprego para vocês, geólogos?

O SR. PAULO CRUZ – Sim..., essas mineradoras... entrando nesse assunto, porque essa situação de barragem fez até o CREA acordar, porque agora está na minha profissão na parte de geologia, eu nunca fui fiscalizado em questão de pesquisa mineral.

Agora que o CREA foi, está indo fazer vistorias nas mineradoras.

Tem na Legislação Federal uma obrigação de cada empreendimento minerário ter um responsável técnico, nesse sentido grande parte das mineradoras não têm responsável técnico, mas também...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Sr. Paulo, mais um minuto para você concluir. Já está com onze minutos, tem vários inscritos aqui.

O SR. PAULO CRUZ – Exatamente...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Se deixar você fala mais do que o Deputado Ulysses Moraes...(RISOS)
...s/cms...

0228au041.cms

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...Se deixar você fala mais do que o Deputado Ulysses Moraes (RISOS).

O SR. PAULO CRUZ – Para finalizar, essa situação de barragem fez todo mundo acordar, Deputado. Então, aproveitando esta oportunidade, eu gostaria de pedir para o senhor, para muitas vezes estudarmos essa situação do serviço geológico mato-grossense que visa não só barragens, mas visamos englobar todas as atividades que todos os municípios sofrem, igual o vereador demonstrou aqui a situação dos recursos hídricos e Mato Grosso tem condições de dar essa assistência para os municípios. Eu finalizo assim a minha fala (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado ao Presidente do Sindicato dos Geólogos do Estado de Mato Grosso, Dr. Paulo Cruz. Agora o Coronel Arbuês e já iremos passar para a plateia, a primeira inscrita é a Silvana Dias, depois o André Molina e terceiro, José Carlos Bazan. O Coronel Arbuês, com a palavra.

O SR. ARBUÊS JOSÉ JACOB – Sr. Deputado Wilson Santos, por meio do qual cumprimento todos os componentes desta mesa; os participantes desta importante Audiência Pública; estudantes; profissionais de engenharia e geologia, muito boa tarde.

O meu nome é Arbuês Jacob, Coronel do Corpo de Bombeiros e hoje estou Diretor da Diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico da nossa instituição, diretoria essa que cabe a fiscalização das edificações em nosso Estado. Em alusão a essa tragédia imensa que ocorreu, que ainda nos resta a todos nós consternados ainda nem totalmente sarados, vamos dizer assim, de Mariana, logo depois acontece a de Brumadinho com um número de perdas muito maior acontecido por conta da situação daquele acidente, daquela tragédia ambiental naquela cidade.

Primeiramente, quero parabenizar o Deputado pela iniciativa de trazer este assunto à público, justamente com uma plateia tão especializada e palestrantes do mais alto gabarito que nos tiraram e colocaram a par realmente de todos os melindres dessa ceara. Com o advento da lei, todo mundo já falou da Lei nº 12.334, onde define-se as atribuições dos organismos regulatórios, já falaram várias vezes a ANEEL, o próprio IBAMA, a ANA, a ANM, todas as atribuições para a elaboração e a consequente fiscalização estão previstas naquela lei. Então, cabe ao Corpo de Bombeiros hoje destarte o papel destacado que teve na atuação no resgate das vítimas e dos corpos no acidente de Brumadinho, ressalta-se, no entanto que foi a reação.

Mas, em relação à Lei nº 12.334, o Corpo de Bombeiros não tem o que fazer pois estamos preparados para trabalhar justamente na reação. O próprio Coronel César, hoje Secretário Adjunto de Defesa Civil nos deixou bastante claro o papel da Defesa Civil e tão logo empreendimento esteja apto ao funcionamento, um plano de ação de emergência deve ser encaminhado à Defesa Civil, mas também para atuar na reação. Coisas que não pretendemos e não desejamos, pois se o projeto for executado adequadamente, se os alteamentos forem feitos da melhor forma, com o melhor material não visando somente a economia dos recursos e, sim, o bem-estar e a segurança da população do município, ou da região que circunda aquele empreendimento, com certeza, teremos a possibilidade do trabalho do Corpo de Bombeiros e da própria Defesa Civil minimizados.

Mas, eu gostaria de deixar aqui em nome do Corpo de Bombeiros, em nome do nosso Comandante Coronel Alexandre Borges Ferreira, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, que somos parceiros em todos esses trabalhos em relação ao cuidado que devemos ter para com essas barragens, para com esses empreendimentos em nosso Estado de Mato Grosso.

Volto a frisar, a Diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico resume-se a trabalhar no caso desse tipo de empreendimento, a questão da edificação em si. Então, temos na Baixada Cuiabana nove empreendimentos, dos quais todos eles têm o seu projeto de prevenção e combate a incêndio todos eles aprovados nessa Diretoria, mas nada relativo a barragem propriamente dito. Cabe ao Corpo de Bombeiros em caso de um acidente, infelizmente, o trabalha na reação, ou seja, o socorro à vítima, a Defesa Civil procurando mobilizar aquelas pessoas que estão no caminho da onda de detritos e ao Corpo de Bombeiros mais precisamente da parte operacional, realmente, o resgate e o auxílio aquelas vítimas. Por conta da Diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico, vamos trabalhar para que aqueles prédios ofereçam maiores seguranças para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

aqueles funcionários, obviamente aqueles prédios que atendem o prescrito na Lei nº 10.402/2016, que é em relação à prevenção e combate a incêndio.

Mas, o Corpo de Bombeiros está parceiro, está pronto, para justamente atuar em qualquer frente quando provocado, estamos à disposição para qualquer um dos senhores para sanar algumas dúvidas, para que possamos, realmente, ter empreendimentos seguros, riquezas geradas em nosso Estado, mas sem prejuízo da nossa população e nem do meio ambiente.

Muito obrigado a todos, agradeço o convite para estar presente nesta Audiência Pública (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Coronel.

Com a palavra, Silvana Dias, por gentileza, tem que vir aqui porque a Audiência Pública está sendo gravada e está passando ao vivo pela *TV Assembleia*, depois da Silvana, o André Molina, o José Carlos Bazan, o Pedro Kaiser e Nilma da Silva Taques.

A SR^a SILVANA DIAS DE CAMPOS – Boa tarde, Deputado Wilson Santos, muito obrigada por nos dar esta oportunidade de vir aqui; o Sr. André Molina, infelizmente, não poderei ficar aqui para ouvir a sua fala...

(O SR. ANDRÉ MOLINA FALA COM A ORADORA – INAUDÍVEL).

A SR^a SILVANA DIAS DE CAMPOS – Não, mas eu tenho compromisso e já estou super atrasada, é sobre uma PCH e eu não posso me atrasar;

Mas, Deputado, eu não sou contra os garimpos, não, porque o Brasil se fez em cima do garimpo, enriqueceu Portugal e eu adoro ouro. Amo ouro! O senhor conhece a minha família muito bem e sabe que não somos de meias palavras...

...s/lcb...

0228au42.lcb

A SR^a SILVANA -...mas, Deputado, eu não sou contra o garimpo não, porque o Brasil se fez em cima do garimpo, enriqueceu Portugal. E eu adoro ouro. Amo ouro. Vossa Excelência conhece a minha família muito bem e sabe que não somos de meias palavras. O garimpo de Poconé, a vergonha lá é corrupção. Vergonhosamente! Popularmente, todo mundo sabe que os garimpos lá quem manda é o político. Nós sabemos que é o//, Mauro Mendes. E nós sabemos que a Secretária de Meio Ambiente a família dela é dona das caçambas. Então, ela não tem isenção para fazer nada. Tanto é que recentemente um cidadão, por causa do lençol freático que está rebaixando, foi afundar o poço dele e recebeu voz de prisão. É um crime?

A SEMA que agora eu fiquei sabendo o motivo, são cegos, foram lá fazer uma fiscalização e multaram o tanque de peixe por contaminação, mas não é o garimpo que contamina, o garimpo está tudo certo.

Imagina, senhor, todas essas casas que o senhor viu e o que o Volnei apresentou aqui não é metade do que tem no garimpo de Poconé, não, o senhor não viu nada. Na transpantaneira já tem garimpo. O garimpo está dentro dos quilombos sem se quer cumprir a OIT 169 que determina que eles sejam ouvidos.

O garimpo está dentro de Poconé, no centro histórico, afundando o centro histórico. Então, aquilo lá é um caso de corrupção da SEMA, do Governo do Estado e do Município. O prefeito lá foi eleito com o dinheiro do garimpo. Então, vai fiscalizar o quê?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu não sou muito bem vinda em Poconé não. Inclusive, Sr. André Molina, eu registrei um BO esses dias, porque a última vez que eu fui lá duas camionetes me seguiram. E eu parei eles e falei que eu sabia onde eu morava, que eles não precisavam me seguirem.

Nós entramos com uma ação civil pública recentemente, Deputado, pedindo que o garimpo de Poconé seja paralisado, imediatamente, até que se apresente...
...s/ale...

0228au043.ale

A SR^a. SILVANA – ...imediatamente até que se apresente um plano de ... de área degradada, imediatamente, o que vão fazer com o lençol freático que está afundando por causa das cavas garimpeiras, retirada dos animais da área de garimpo, para onde esses animais estão sendo levados, porque nós vemos os animais morrendo e eu não estou falando Deputado Wilson Santos dos animais domésticos não, que os moradores estão perdendo, eu não estou falando da lavoura de sobrevivência deles não, eu não estou falando das casas que estão rachando de cima, embaixo, eu não estou falando da saúde do povo não, eu não estou falando do incidente que aconteceu em Canga, que até agora não aconteceu nada e que o Ministério Público Estadual está bem devagar, não estou falando disso não senhores!

Eu estou falando da corrupção política que é o que aconteceu em Brumadinho, que é o que aconteceu em Mariana. Corrupção! Quem está matando é a corrupção senhores! O senhor falou agora pouco que a Vale – Mineradora, pagou muitas campanhas políticas, não é? A corrupção sabe por quê? Se já estivesse sido cumpridas, de repente aquilo lá não tinha acontecido, a Vale tinha sido alertada, mas, a corrupção não deixou fazer as coisas certas, então, é a corrupção, inclusive eu quero pedir ao presidente do Conselho de Engenharia que vá lá fiscalizar os profissionais que estão trabalhando lá dentro do garimpo, porque eu sai de lá, xinguei todo mundo esses dias, mandei todo mundo para puta que pariu, não foi Senhor André Molina? Não foi Walney? Porque uma menina que disse que é engenheira, ou ela está se formando, acabou de se formar, fez uma apresentação feita a mão que fora de brincadeira, ela não sabia o que estava falando, inclusive com alguns métodos que o senhor falou que já não se usa mais, então, é bom que o Conselho de Engenharia faça uma fiscalização nos profissionais que lá trabalham.

(UM PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA: “DIFAMADORA”)

Eu quero é que vá lá fazer uma fiscalização. Nós entramos com uma ação civil pública no Ministério Público, e vamos encaminhar ao seu gabinete Deputado Wilson Santos algumas propostas, para Vossa Excelência, para o Deputado Ulysses Moraes que estava aqui, para os outros dois Deputados que estavam aqui. Inclusive estamos propondo ao Ministério Público Federal que proponha que todo dinheiro de área garimpeira tenha um Conselho Gestor que vai gerir esses recursos e não vá para a mão da prefeitura e que a saúde desses locais tenha verbas específicas para esses garimpos...

...s/DRM...

0228au44.drm

A SR^a SILVANA -...prefeitura e que a saúde desses locais tenha verbas específicas saindo do garimpo, com profissionais para câncer de pele, câncer de pulmão, e mais Deputado, vai lá em Rio Branco, perto de Cáceres, lá tem também uma vergonha de um garimpo que inclusive é do povo da Inglaterra, de uma barragem abandonada que vai estourar e vai acabar com cidade, mas um túnel de mil quilômetros.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu estou falando de coisa de garimpo, agora, vamos falar de PCH, recentemente a PCH em Jaciara, contaminou todo o rio que veio parar aqui no Mutum, contaminação que saiu dos motores...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Silvana, eu não quero atrapalhar não, mas você tem um minuto para concluir. Por gentileza.

A SR^a SILVANA – Então, assim senhores, o perigo não é de estourar não, ela mata de outra forma também, mata só estourando não Deputado, mata o meio ambiente, taxa uma verba extra para comprar óculos para o funcionário da SEMA que transitam por ali, porque visualmente nós olhamos lá já vemos o estrago, visualmente.

Muito obrigada, desculpa se falei demais. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – André Molina, Presidente da COPERPOCONÉ, depois, José Carlos Bazan, Pedro Kaiser e a última é Nilma da Silva Taques, iremos encerrar esta audiência, com a palavra André Molina.

O SR. ANDRE LUIZ DA SILVA MOLINA - Boa tarde todo mundo...

A SR^a SILVANA (FALA FORA DO MICROFONE) - Deputado acabei de ser chamada de vagabunda, pelo seu amigo aqui, está me chamando de vagabunda, isso é assédio moral, Vossa Excelência poderia chamar a segurança da Casa? Pode Chamar a segurança da Casa!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Tenente Arnaldo, Josemar, acompanha a saída da Silvana.

A SR^a SILVANA (FALA FORA DO MICROFONE) – Não! Eu quero a polícia para prender, porque ele me chamou de vagabunda.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Silvana, já está indo nossa equipe aí, calma, calma. Vamos lá André Molina, com a palavra, cinco minutos André.

A SR^a SILVANA (FALA FORA DO MICROFONE) – Eu quero a polícia aqui.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ele vai levá-la até a polícia...vai lá Silvana, faz favor.

Elzira, faz favor!

A SR^a SILVANA (FALA FORA DO MICROFONE) – Espera aí! Eu estava saindo de boa, sem nem falar com ele, ele virou para mim e me chamou de vagabunda na frente de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Chegou o segurança aí, faz favor, acompanha a saída da Silvana.

André com a palavra, continua André.

O SR. ANDRE LUIZ DA SILVA MOLINA - Boa tarde todo mundo...s/DMM

0228au45.dmm

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) –... faz favor!

O SR. ANDRÉ MOLINA – Boa tarde a todos...

A Sr^a Silvana Dias (FALA FORA DO MICROFONE) – “Deputado Wilson, eu sou vagabunda...”

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Silvana, por gentileza... não. Por gentileza, a segurança já está aí com você. A segurança já está com você. Está garantida a sua saída.

Amigo Julião, calma aí. Calma aí, Julião.

Com a palavra, André Molina.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. ANDRÉ MOLINA – Vamos tentar, vamos tentar.

No início desta Audiência Pública, nós deixamos ali na portaria um material que nós fizemos para uma audiência que aconteceu na quarta-feira passada, lá em Poconé, que foi muito interessante, muito calorosa, inclusive procuramos apresentar, através de uma técnica da cooperativa, que é engenheira de minas, Carolina Vilela, que trabalha conosco há mais de dois anos, foi uma apresentação muito interessante e muito detalhada a respeito da tipologia das bacias de rejeitos que nós temos em Poconé.

É muito interessante discutirmos essas questões, por quê, primeiro: a minha RT de quase trinta anos, de geólogo, está nas barragens, a RT do José Maria, que tem mais de trinta anos de formado está nas barragens, a RT da Carolina Vilela está na barragem, a RT da Francieli, da Letícia e de outros técnicos, do engenheiro civil, Rogério Luz, estão nas barragens.

Nós temos dezenove bacias, em Poconé, de contenção de rejeitos e nós cuidados e somos responsáveis por todas elas. E ser responsável é muito interessante porque nos vinte e cinco anos que trabalho em Poconé, não houve uma cava nova em Poconé nos últimos vinte e cinco anos. Existiram reativações de algumas cavas antigas e abandonadas na borda da cidade, mais próximo do perímetro urbano e a lei de 1981 apresentado aqui, como perímetro urbano, ela foi modificada em 1985. Então, é bom ter cuidado com as informações que se fala, porque não tem nenhum empreendimento ilegal em Poconé que não respeita a lei que foi apresentada, porque ela não existe. A lei que existe é a Lei de 85, a Lei Orgânica do Município.

Eu gostaria de dizer a vocês que a pergunta que faço e deixo aqui para o Márcio, da AMM, existe. Nós estamos nos reportando muito à situação que aconteceu lá em Brumadinho, uma situação que aconteceu lá em Mariana é uma posição completamente adversa, eu vou dizer até contrária daquela que nós temos em Mato Grosso. Nós não podemos levar as informações alarmistas de que algo daquele tipo pode acontecer em Mato Grosso...

...S/TAN

0228au46.tan

O SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA MOLINA - ... informações alarmistas de que algo daquele tipo pode acontecer em Mato Grosso.

Eu como geólogo, de trinta anos trabalhando com bacia, eu construo bacia, eu faço barragem, posso dizer para vocês que eu não conheço nenhuma que têm a mínima semelhança do que aconteceu em Brumadinho.

As bacias que foram consideradas; agora, na última análise da ANM de médio dano potencial associado, mas recentemente das nossas de Poconé, são três e uma que não tinha documentação nenhuma, não tinha cadastro e foi considerada de dano alto.

Eu tenho certeza e digo para vocês, com os meus trinta anos de experiência construindo bacias, que não existe nenhuma que tenha o mínimo risco parecido com aquilo que aconteceu em Brumadinho.

Toda a situação política que é na verdade e criada e discutida para chegarmos e falar: Olha, você faz a barragem, você tem confiança naquilo que você está fazendo? Nós temos! Eu não vou dizer de todas as barragens do Mato Grosso porque, infelizmente, não conheço todas, mas eu conheço e a barragem de Rio Branco eu ajudei a projetar, a barragem Prometélica que não tem mil quilômetros de comprimento a mina, mas é uma mina de 563 metros de comprimento, foi feita uma mina subterrânea, que nós fizemos esse projeto dessa mina em 2002, ela paralisou em questão econômico financeiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Exististe, sim, uma bacia de contensão que tem no seu interior um material considerado perigoso, mas ela está sendo cuidada e monitorada e está sendo apresentada, agora, como foi para a SEMA, uma solicitação de descomissionamento da bacia, então, é muito complicado você trabalhar com informação que na verdade não existe.

Quero dizer, finalizando, primeiro, é um questionamento que eu faço ao Marcio, pela experiência que ele tem e a experiência que está adquirindo, fazendo cursos, participando da força tarefa em Minas Gerais, eu acho que é uma experiência única de conhecer os vários tipos de bacias que nós temos no país. Se existe em algum momento das nossas 128 bacias alguma bacia que pode gerar um risco próximo ou semelhante daquele que aconteceu em Brumadinho e Mariana? Primeira pergunta que eu gostaria de fazer.

Terminando, Deputado, nós tivemos aqui, na última Audiência Pública, há dois anos, senão me engano, discutindo exatamente quais os caminhos que teríamos para o setor mineral de Mato Grosso e é muito importante, que naquela mesma oportunidade eu disse a Vossa Excelência que nós tínhamos uma, não é nem uma pretensão, mas um vício de dar tiro no próprio pé, Vossa Excelência se lembra direitinho, como eu disse que era relacionado a legislação...

...s/cms...

0229au047.cms

O SR. ANDRÉ MOLINA – ...tiro no próprio pé.

O senhor se lembra direitinho, na verdade, eu disse que era relacionado com uma legislação que proibia um tipo de bacia e nós, com muita luta, conseguimos modificar o Projeto da Nexa, lá em Aripuanã, fizemos o Projeto da Nexa também, e conseguimos uma proposta que foi aprovada agora com a Licença de Instalação da SEMA, um depósito de rejeito a seco. Então, Aripuanã com uma produção de 180 mil toneladas por ano de minério e algo em torno de 500 mil toneladas de rejeitos, serão depositadas a seco, não teremos nem bacia e nem barragem em Aripuanã, no maior empreendimento de mineração de Mato Grosso, cobre, zinco, chumbo... Zinco, cobre, chumbo, eu falei duas vezes zinco.

Mas, são importantes essas vitórias porque é um projeto novo com investimento de um bilhão de reais, que começou agora, nós já vimos o acompanhamento da abertura das duas embocaduras da mina, não vai ter bacia.

O que estamos fazendo, para finalizar, a minha conversa, desculpem me prolongar. Como nunca tivemos, não sabíamos e não sabemos ainda qual a resposta técnica para os barramentos que estamos fazendo, que chamamos de POND, desde a década de 80, o que estamos fazendo agora é, na medida do possível, diminuir radicalmente quase a zero a quantidade de água dentro da bacia. Além de diminuir a quantidade de água, criamos um fundo para discussão dos estudos, já começamos fazer geotécnica, batimetria, altimetria de alta precisão, para poder dar resposta dessa segurança, porque historicamente nós temos.

Agora vamos apresentar para a ANM que está fazendo um trabalho, na minha opinião, muito bem feito, Márcio, muito legal, essa troca de informação, essa coisa para aprendermos juntos, não nascemos sabendo.

Eu só queria finalizar dizendo o seguinte: nós construímos bacias, fazemos cavas, minas, produzimos este ano em Poconé quase três toneladas de ouro, pagamos quase cinco milhões de reais de impostos para o município de CEFEM e IOF, empregamos cerca de quatro mil trabalhadores. Então, nós fazemos isso e temos orgulho de fazer isso. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTOS SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – André Molina, eu quero fazer uma pergunta de leigo. Aquele buraco que aparece na zona urbana de Poconé, aquilo vai ficar daquele jeito, há um plano de recuperação daquela área? Porque aquilo chama atenção, eu sou leigo nessa área, quando sobrevoei aquela área eu fiquei impressionado com aquilo, até pedi para recolocar essa fotografia.

Se for possível, Edilson, vamos recolocar essa fotografia, é um buraco inacreditável, dentro da zona urbana. Depois que terminar a exploração do ouro ali, não tem mais o que explorar, o que será feito?

O SR. ANDRÉ MOLINA – Eu não entrarei em detalhes, sei que o buraco, a mina, a cava que está sendo aberta... Na verdade essa mina já existe desde 87, era o antigo buraco do Seo Walter Godofredo, muito famoso, foi um grande produtor de ouro na época, acompanhamos também o desenvolvimento lá e foi reaberto agora recentemente, coisa de quatro anos...
(O TÉCNICO PASSA A IMAGEM DA FOTO NO DATA SHPW).

O SR. ANDRÉ MOLINA – Não essa aí, não, essa aí é a do Sérgio França. É a outra.

Bom, o que acontece é que cada projeto tem a sua especificidade, o que nós fazemos, na verdade, é montar um plano para que seja aberta as bermas de maneira que você deixa estável a abertura daquela mina e com acompanhamento de algum problema que possa haver em termos de solapamento, em termos de algum desabamento, alguma coisa nesse sentido.

Agora, o que é importante saber, Deputado, é o seguinte: todo projeto, obrigatoriamente, deve apresentar no seu processo de licenciamento ambiental todos os projetos inerentes a esse licenciamento. Então, ele tem que apresentar o plano de licenciamento ambiental, o plano de gerenciamento de resíduos sólidos e o mais importante, é o plano de recuperação de área degradada. Sem o plano de recuperação de área degradada com indicação do uso futuro dessa área, ele não pode ser aprovado.

Então, o senhor me pergunta: “O que vai ser aquilo ali?”. Essa casa em especial, ela já está com quase 20% sendo entupida...
...s/lcb...

0228au48.lcb

O SR. ANDRÉ MOLINA -...essa cava, em especial, ela já está com quase 20% sendo entupida, deixa-me ver o lado que estamos aqui, vamos nessa direção, ela já está com quase 20% entupida. O plano dessa lavra é no máximo mais um ano de atividade e ela será entupida nos próximos três, quatro anos, isso aqui não vai existir mais. É o projeto e a proposta que foi feita. Necessariamente ela não precisa ser entupida, depende do plano que você apresenta. Essa aqui nós optamos por isso pela proximidade que ela está do núcleo habitacional. Agora, o que é mais interessante é o seguinte: Que nessa região especificamente que era uma lavra muito antiga na Década de 80, ela é uma região grande produtora de ouro. Isso é interessante para nós, você tendo a técnica, você tendo a engenharia você consegue fazer coisas desse porte e com segurança.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É porque nós passamos, André, eu tenho uma atuação boa em Poconé há um bom tempo, nós passamos ali e eu não vejo os buracos serem tampados, eu só vejo mais buracos, mais buracos surgindo em Poconé na zona urbana, na zona rural. De fato, o PRAD tem que existir, porque daqui a pouquinho acabou o ouro e só buraco na cidade, porque a transformação social também não acontece. A população de Poconé é pobre,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

paupérrima, dá dó. Essa riqueza toda, três toneladas de ouro, eu não sei quem é que está ficando com esse dinheiro, porque a população de Poconé não é.

O SR. ANDRÉ MOLINA – Não, a população fica com uma boa parte.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Tomara.

O SR. ANDRÉ MOLINA – É interessante isso que Vossa Excelência falou, porque todos os impostos inerentes da atividade são recolhidos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nós vamos fazer uma CPI agora, nós vamos chegar lá.

O SR. ANDRÉ MOLINA – Então, só terminando, por favor, que se nós formos somar tudo que a atividade faz em termos de emprego, em, termo de renda, em termo de impostos é realmente muito grande. Agora, naquilo que nós somos responsáveis, que eu quero deixar bem claro a Vossa Excelência, da cooperativa, são esses 19 empreendimentos, eu tenho certeza e garanto para Vossa Excelência que toda a parte de produção e venda é controlado por nós, que não tem nenhum problema relacionado com esse tipo de coisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – muito obrigado, André.

Nós vamos, em breve, voltar a esse tema e acompanhar isso mais de perto.

Próximo inscrito, José Carlos Bazan e depois o Pedro Kaiser e a última inscrita é a Nilma da Silva Taques. A Nilma quer apresentar um vídeo. É isso, Nilma? Já procura a nossa equipe. Edilson, ela quer apresentar o vídeo, já deixa na ponta.

José Carlos Bazan, você tem até cinco minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS BAZAN – Senhores, boa tarde!

A nossa Audiência Pública tinha três objetivos comum. Primeiro, situação das barragens; fiscalização e as políticas de garantia de vida. São três perguntinhas que nós temos que responder e nós podemos até usar o caso de Poconé se essas três respostas estão em Poconé, caso Poconé.

Bom, Situação das barragens de mineração. A Agência Nacional de Mineração nos apresentou que 50% das barragens existe e 50% não sabíamos que existia. Está sendo descoberto agora. Sessenta e sete existem, 61 não existiam, agora são 128 barragens. O primeiro objetivo dela acho que já alcançou...

...s/ale...

0228au049.ale

O SR. JOSÉ CARLOS BAZAN– ...O primeiro objetivo dela acho que já alcançou. Situação dela, faltava fiscalização, situação dela, barragens clandestinas, então, duas respostas nós já obtivemos nesse interim, muito bem. Fiscalização, o CREA se prontificou e formou-se ..., um corpo ... agora para que essas ações em cima das barragens fossem desencadeadas com todo um corpo técnico presente, com formação de pessoal para ir para lá, excelente!

Agora, a terceira pergunta é: como está o sistema de proteção à vida? A defesa civil nos apresentou aqui como ela está trabalhando, como ela deve trabalhar, mas, se houver um dano em uma barragem, o primeiro dano é no entorno dela e o segundo é o município que tem que arcar com a circunstância e dependendo da situação que está esse município do nosso Estado, aguardar a chegada da defesa civil, mas, todos os municípios tem um comitê que trabalha com essa gestão. Como que está nos nossos municípios esses comitês? Como que estão nos nossos municípios, os planos de segurança? Esses municípios têm acesso? Nós temos dois casos em Cuiabá. Como nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

podemos então obter esses planos? Como nós podemos fazer isso? Vocês estão participando de um curso *online* e parte dessas respostas estão com vocês, para vocês estudarem e vocês depois apresentarem uma **inclusão** dela.

Ampliou-se mais, nosso prazo vai aumentar porque aqui é que começou aparecer as informações do Estado e elas são importantes para nós, mas, percebam bem, as universidades elas estão fora desse processo, o ensino está fora desse processo. Esse comitê gestor precisa ter a participação da universidade, o caso Poconé, o caso Poconé torna-se prioritário, essas três perguntas serem respondidas lá e aí por último senhores, por último senhores, o ouro, o mineral é finito, o mineral é finito. Ele vai acabar uma hora.

Todas as empresas de mineração pagam o famoso CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos de Minerais, outras empresas pagam Compensação Financeira por Exploração Florestal, Compensação Financeira por Exploração de Recursos Naturais, são três compensações que são pagas em cada um desses municípios, Poconé de 3 a 5 milhões, nós não sabemos esses números. Vocês sabem quanto foi esse número o ano passado, vocês que estão fazendo o curso *online* sabem qual é que foi o valor que Poconé recebeu o ano passado e vocês já sabem quanto que ele recebeu em janeiro, mas, nós não sabemos se em Poconé tem plano de segurança...

...s/DRM...

0228au50.drm

O SR. JOSÉ CARLOS BAZAN-... mas, nós não sabemos se em Poconé tem plano de segurança, não sabemos se o município está ativo nisso, como que podemos saber qual é o recurso arrecadado em janeiro de 2019 e não sabemos política de proteção a vida, como que não podemos saber que fiscalização não está funcionando ou sabemos agora que não funcionou.

Deputado Vossa Excelência me desculpe, mas acho que é necessário para aprofundar essa discussão, mas responder, se restringir essa três respostas e usar o caso de Poconé para encontra-las.

Depois Deputado, precisamos saber se esse recurso de compensação, exploração mineral pode ser utilizado no desenvolvimento município, concretamente como política para o município e aí senhores, não é só o curso de mineração, não é só o curso de engenharia sanitária, não é só o curso de engenharia civil e não é só o curso de geologia que tem eu participar, geografia tem que está, economia tem que está, porque vamos perder um recurso de três a cinco milhões que são para o desenvolvimento de um município.

Tenho dito, obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Pardal.

Professor Pedro Kaiser, professor da UFMT, especialista em construção de barragem, mas só antes um pouquinho professor, eu estava fazendo uns calculo aqui, se Poconé produziu três mil quilos de ouro em 2018, mais ou menos, 60 mil reais o quilo, 60 mil reais é o quilo do ouro hoje, mais ou menos isso? Qual é o preço do ouro? 100 mil reais, Molina, vamos colocar 100 mil vezes 3 mil quilos, dá quantos? 300 milhões, quantos que entrou para o município 1/5%, mas não é 1/5 para o município é 60% de 1/5, quantos que dá isso? 300 milhões, 10% dá 3 milhões, então, é 1 milhão e 800, que seja, 2 milhões e 700 mil reais entrou para Poconé...

Vamos ouvir o professor Pedro Kaiser, especialista em construção, não sabia dessa Pedro.

O SR. PEDRO KAISER- Mas agora, Vossa Excelência vai saber.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns.

O SR. PEDRO KAISER- Boa tarde, senhoras e senhores, Deputado Wilson Santos, companheiro antiga, eu pensei que ele sabia disso, mas cumprimento a mesa na sua pessoa e dar os parabéns pela atitude e pela coragem de falar desse tema num momento propício.

O professor Joao Valente foi embora, mas quero cumprimentar o CREA...s/DMM

0228au51.dmm

O SR. PEDRO KAISER –... quero cumprimentar o CREA uma vez que o João Valente foi meu aluno, foi meu diretor e hoje é meu Presidente do CREA.

Eu sou engenheiro agrônomo, fui colega do Serafim também, na universidade, tenho mestrado na área de recursos hídricos, meio ambiente em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no Instituto de Pesquisas Hidráulicas-IPH, fiz meu doutorado na área de educação, fiquei no México seis meses, trabalhando com construção de barragens e, principalmente, quem me ensinou a construir barragens foi o IRGA, Instituto Rio-grandense do Arroz, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, onde eu permanece por praticamente quase um ano depois de formado. Voltando a Mato Grosso, aí que eu comecei a construir barragens aqui no Mato Grosso.

Antes que eu me esqueça, eu quero dizer o seguinte, Sr. Presidente... Antes eu tenho que cumprimentar o meu diretor atual, Professor Ismael - levante a mão para verem quem é, está aqui presente, nossos alunos da disciplina de hidráulica.

Cumprimento também outros acadêmicos das outras universidades que não sejam da Universidade Federal de Mato Grosso.

Para que eu não esqueça do mais importante desta Audiência Pública: Deputado Wilson Santos, Vossa Excelência pode falar para o Governador Mauro Mendes e estender esse ao Presidente Jair Bolsonaro, se for o caso, que este humilde professor de quarenta e cinco anos na área de construção de barragem, acabem com esse negócio de Alteamento. Se na Montante não dá certo, à Juzante também não dá. E assim como o Alteamento no meio.

O Márcio mostrou muito bem como é que funciona, o Márcio também já falou que outro sistema já está sendo empregado em Mato Grosso. Como que ele chamou o sistema? De *Pond*, que eu não conhecia na área da agronomia, mas por outro lado o Dr. José Picolli mostrou que nós, da agronomia, Sheila, levamos em consideração, sim, ensinamos o aluno como se constroi barragem de terra na nossa disciplina na UFMT, no curso de agronomia, como se deve observar uma segurança da sua barragem, a segurança do seu empreendimento. Por isso quando estourou a represa Mariana nós fomos convidados, Sheila, através do Paulo Soares...

...S/TAN

0228au52.tan

O SR. PEDRO KAISER - ...por isso quando estourou a represa Mariana nós fomos convidados, Sheila, através do Paulo Soares, que era o coordenador das atividades de agricultura da SEMA, para fazemos um *Workshop* em que tinha gente de Porto Alegre, de Goiânia, Minas Gerais, em que mostramos como é uma barragem segura e mostramos para os técnicos da SEMA como devem agir no campo, hoje, para saber se o empreendimento é seguro ou não, ou se ela vai estourar em pouco tempo ou vai estourar daqui um ano, dois anos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Deputado Wilson Santos, quando nós fomos convidados para participar dessa Audiência Pública, prontamente nós convidamos o diretor para trazer os nossos alunos, que hoje estão fazendo a disciplina, porque lá nós levamos, praticamente, um mês inteiro falando sobre construção de barragens, nós ensinamos nossos acadêmicos a não errar no futuro e seguir as tabelas que nós vamos apresentar logo em seguida e mostrar o que eu queria dizer.

Fala para o Presidente, para o Governador, acaba com esses três sistemas antes que matem mais gente, se pudermos salvar uma vida já é o suficiente.

Esse sistema não funciona, não tem compactação nenhuma, aquilo é um amontoado de terras. Pô! Ele está em cima de um monte que está úmido e jogar terra seca em cima.

Ora, meus alunos, como é que eu ensinei a vocês? Quando constrói se uma barragem, primeiro passo é limpar bem o terreno, fazer um núcleo e começar a barragem desde lá debaixo, desde a parte sólida, firme, aí ela nunca vai romper.

Vou mostrar. É uma pena, eu deveria ter dois dias, ou pelo menos, umas vinte horas para falar, mas em cinco minutos, Deputado, em cinco minutos eu tenho explicar as razões de eliminarmos esses três sistemas.

Graças a Vossa Excelência e também ao Marcio, que também já falou que Mato Grosso não está se usando alteamento nenhum, nem eu, porque a SEMA não permite, ela exige que eu apresente um projeto completo, se eu quero fazer vinte metros de altura de uma barragem, eu tenho que apresentar um projeto já, inicial completo, não é fazendo de pedacinhos e depois alteando em função de se gastar menos dinheiro no começo, gradativamente eu vou alteando, mas altear em cima de um solo impróprio, um solo que está com água...

...s/cms...

0228au053.cms

O SR. PEDRO KAISER – ...eu vou alteando, mas altear em cima de um solo impróprio, um solo que está com água, que está com lama! Como é que essa água não vai estourar? É tão simples entender.

Por favor, meu secretário.

Se eu passar é só um minuto. Vejam o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Pedro, você tem 20 horas para apresentar isso (RISOS).

O SR. PEDRO KAISER – Não, não, o pessoal já quer ir embora. Ainda bem que tive espaço porque eu gosto de falar...(RISOS)... e gosto de falar com bastante gente, não adianta ter três ou quatro alunos que não tem graça, tem que ter bastante gente.

Vejam o seguinte... Deputado Wilson Santos, por isso me ative ao título desta Audiência Pública. Veja o seguinte, segurança de barragens, depois que ele mandou que seria barragens de mineração.

Boa tarde Gauchinho.

Quando o senhor falou sobre segurança de barragens, então, estávamos pensando na área em que a SEMA mais diretamente trabalha, ou seja, na criação de peixes. Mato Grosso, eu poderia falar mais um dia, o potencial na área de piscicultura, imagina se conseguirmos produzir peixe, Deputado Wilson Santos, em quatro meses, como é que vamos ficar rico em Mato Grosso, todo mundo tem água nas fazendas, qualquer garota!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Hoje o nosso trabalho de 40 anos junto à SEMA, vamos fazer barramentos, “ah, não pode, não pode”. Hoje já pode fazer barramento em áreas secas. Irei mostrar o maior projeto que temos...

...s/lcb...

0228au54.lcb

O SR. PEDRO KAISER -...hoje já pode fazer barramento em áreas secas. Eu vou mostrar o maior projeto que nós temos a nível de Mato Grosso. Vou mostrar um, mas além disso nós temos muitos projetos a nível de Mato Grosso. Cortes transversais na barragem. O mais importante, Zé... o Picolli foi o único que falou sobre linha de percolação. Nós da agronomia não gostamos muito de percolação, nós falamos em filtração mesmo, para ficar mais fácil. Mas, o Picoli quis dizer a mesma coisa, foi o único que eu escutei hoje falar sobre percolação. Parabéns! É assim mesmo que o senhor tem que continuar, quem sou eu para falar para o senhor... Veja o seguinte: a barragem, a segurança da barragem não é só linha de infiltração, é o vertedouro, é a borda livre, a bacia de contribuição que nós temos que ter muito em conta, às vezes você não dimensiona a bacia de contribuição, você tem às vezes que chamar o hidrólogo. O agrônomo não trabalha sozinho, o agrônomo trabalha com o engenheiro civil, engenheiro florestal, geólogo, com todas as áreas. Eu faço questão de convidar, e cada um ganhar um bocadinho. Não é bom para nós? Então, vejam o seguinte: Porém, prestem atenção nessa explicação. Essa linha de infiltração não pode aflorar na jusante. Se alguém não entendeu o que é montante e o que é jusante até agora por tanto tempo falando. Montante é onde monta a água. Jusante é o lado contrário. Por isso que o Deputado Wilson Santos falou que nós cuiabanos estamos na jusante do manso, porque nós estamos para cá da... Se der um estouro no manso, treze bairros de Cuiabá estarão numa enchente tão grande que dará calamidade, mas não vai estourar porque lá foram empregada tecnologias diferentes dessa lá de Minas Gerais. Vejam o seguinte: Tem a crista que independe de larguras, ele pode ser maior e menor, depende do uso, se eu precisar passar com o carro tem que ter no mínimo quatro, cinco metros. O talude da montante em construção de barragem para piscicultura, principalmente, ou seja, até quinze metros...

...s/ale...

0228au055.ale

O SR. PEDRO KAISER – ...piscicultura principalmente, ou seja, até 15 metros, Márcio, o Márcio que falou que a nível de Mato Grosso, o ideal seria nós limitarmos esse negócio. Sabe quantos metros tinha a Brumadinho? Oitenta e seis, por essa tabela aqui Brumadinho tinha que ter quase quinhentos metros de base e você enxerga naquela figura que talvez tivesse trinta, quarenta, lógico que ia estourar, se Pedro Kaiser fosse para lá já ia condenar na hora, não ia deixar morrer ninguém não!

Gente é o seguinte, então, a linha de infiltração não pode dar na base. A montante sempre é um para três, então, se a minha barragem tem 5 metros de altura, já tem que ter 15 na montante, mas, se tiver 5 metros de largura de crista, mais 5 já dá 20. A jusante depende da linha de infiltração e depende da seguinte tabela, projeta aí secretário. (SLIDE)

Já está terminando meu tempo? Não, não, não é esse não. Esse é a menina dos olhos. Aqui, a linha de infiltração está baseada no tipo de terra Deputado que nós vamos usar o nosso solo do Mato Grosso tem argiloso, arenoso e tem misto, arenargiloso.

Para a linha de infiltração...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Se o meu solo na hora de construir a barragem for argiloso, alinha de infiltração é um para quatro, então, a cada metro que eu vou subir, eu alargueço a barragem mais quatro. No arenoso é um para oito, um para dez. Você seguindo essa tabela eu devo ter um Mato Grosso mais de mil, eu vou mostrar um projetinho, onde nós temos sessenta, que é do meu amigo Arcanjo que eu fiz antes de dar um probleminha com ele (PLATEIA SE MANIFESTA – RISOS)

Mas, eu tenho orgulho de mostrar um projeto em nível de Mato Grosso que é o maior do Brasil. Então, para encerrar eu mostro esse projeto, e se vocês precisarem, nós estamos abertos a discussões Deputado Wilson Santos e eu acho que essa Audiência Pública deve sair daqui, nomeando a SEMA, solicitando a Universidade, solicitando o companheiro Serafim para poder fazer uma vistoria realmente nesses ambientes, porque empresários de Poconé já nos procuraram...
...s/DRM...

0228au56.drm

O SR. PEDRO KAISER-...porque empresários de Poconé já nos procuraram em função de mexerem paralelamente com piscicultura dentro da área de garimpo e comparando projetos de colegas engenheiro civis onde elaboraram o sistema de alteamentos, não sei o que... e viram que a nossa diferença é muito mais segura do que o engenheiro civil de repente recém formado, sem a prática igual os senhores se atem e começa adaptar e vendo que é mais seguro, aí o que aconteceu nos procuraram dar um parecer sobre isso, percebemos que realmente estava fora dos padrões da agronomia que nós exigimos seja usado.

Esse é o projeto do arcanjo. Olha quantos barramentos, essa primeira represa perto da sede a segunda maior, é de oitenta hectares de água, logico o manejo da piscicultura passar a rede e assim por diante é meio difícil, enquanto o Edson, de cinco hectares, vinte hectares, mas no total chega dá quase mil hectares de criação de peixe, e assim tem diversos.

Estou pronto para alguma pergunta, alguma informação, algo mais e agora, Deputado Wilson Santos, Vossa Excelência sabe o quanto que trabalhamos isso tudo em prol de Mato Grosso.

(A SENHORA DA PLATEIA PERGUNTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Por favor, levem o microfone até a moça ali. Só um pouquinho, vão levar até a senhora, tem que ser registrado, tem que falar no microfone.

Nós estamos com problema sério de som aqui, quero pedir desculpa a vocês que ficaram em pé, a audiência inteira, não era essa a intenção nossa, ela estava prevista para o auditório maior, Assembleia Legislativa acabou emprestando esse auditório para a POLITEC do Estado, eu solicitei que fizéssemos essa audiência no plenário principal, o Presidente Deputado Eduardo Botelho autorizou fazermos lá, mas houve uma pane geral no sistema de som na TI lá e nem teve Sessão Ordinária hoje pela manhã.

Então, quero pedir desculpas aos que não ficaram bem acomodados aqui.

A SRª LÉTICIA – Só um detalhe, o conceito de barragem, conceito de barragem de mineração com essa palavra, barragem de mineração, ela tem um significado conceitual de lei e não de realidade e concreto de projeto, certo, porque o projeto para nós barramento significa fechamento de uma linha talvez ou fundo de vale. Nesse caso, por isso que meio que estranhou o tal do Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração - PELD, são os nomes chiques, como

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

tinha antigamente açude, açude não é barramento e uma remobilização de área rebaixada, sujeito alagamento e não inundação...s/DMM

0228au57.dmm

A SR^a LETÍCIA –... açude não é barramento, açude é uma remobilização de área rebaixada, sujeito à alagamento e não à inundação para que você abra um buraco e ele por si só alaga porque chove. Está certo? Isso é açude, outra coisa é barragem. Então, essa é a diferença. Eles conceituaram barragem de mineração tudo e qualquer estrutura física que segura rejeito de minério dentro.

Então, todas essas técnicas nossas da agronomia velha, quando eu falo “cabelinha” é a menina da nossa barragem, a “cabelinha” é bacana, meu filho, é bacana mesmo, só que ela está estudando barragem de mineração em um conceito que não é agrônômico do nosso barramento. Essa é a diferença.

O SR. PEDRO KAISER – Quanto à linha de infiltração, não precisa ser agrônômico, ele vai ter a mesma finalidade a tal ponto que o engenheiro civil...
(A SR^a LETÍCIA DIALOGA COM O SR. PEDRO KAISER – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Sr. Pedro, o senhor pediu vinte horas e eu vou conceder mais um minuto para concluir...(RISOS)

O SR. PEDRO KAISER – Não vai precisar de um minuto.

A diferenciação sobre termos, principalmente em represa, às vezes confunde a pessoa, não os técnicos, mas a academia como um todo.

A represa geralmente é o local onde está o acúmulo da água; a barragem, para nós, da agronomia, é um monte de terra, seria o barramento em si e o açude é termo regional que veio do Rio Grande do Sul. O termo que a gauchada mais se usa, ao invés de usar represa, eles usam o termo açude.

Muito obrigado, Deputado Wilson Santos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Uma salva de palmas para o Professor Pedro... (PALMAS). Além de um extraordinário professor, mestre, doutor é uma figura fantástica, criador de porco, de caso... (RISOS). Uma figura humana linda.

Nilma da Silva Taques, que dispõe de cinco minutos cravados porque o trânsito está pegando agora, gente.

Você vai apresentar um vídeo, Nilma?

Vai passar primeiro o vídeo ou você fala primeiro?

A SR^a NILMA DA SILVA TAQUES (RESPONDE FORA DO MICROFONE) – Eu vou passar primeiro o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Aqui é o que você quiser. É combo aqui, é sanduiche. Vai tudo, minha filha!

Você quer falar primeiro, Nilma? Vai falando e apresentando.

Vai passar o vídeo.

A TV vai acompanhar o vídeo em respeito aos que estão nos assistindo em casa esta Audiência Pública de 28 de fevereiro, são 17h30min, em Cuiabá, está sendo transmitida ao vivo pela *TV Assembleia*. Quem não pega *TV Assembleia* procure pegar porque tem muita coisa bacana acontecendo...

...S/TAN

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTOS SEM REVISÃO)

0228au58.tan

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) -...está sendo transmitido ao vivo pela *TV Assembleia*, quem não pega a *TV Assembleia* procure pegar, porque tem muita coisa bacana acontecendo aí.

Solta o vídeo.

(EXIBE-SE UM VÍDEO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parece-me que é um curso, Nilma, de cargas perigosas, não é isso?

A SR^a NILMA DA SILVA TAQUES – Boa tarde a todos, eu quero agradecer ao Deputado Wilson Santos, mas gostaria um pouco da atenção de Vossa Excelência, de todos aqui, porque isso aí é um grito de alerta, meu, isso aí Vossa Excelência leu ali, eu acho que é o papel...

Eu sou funcionária do Estado de Mato Grosso, mas presto o meu serviço na Secretaria de Meio Ambiente, o que eu quero dizer com isso? Hoje está se falando de Mariana, de Brumadinho, alguém sabe da primeira barragem que estourou em Minas Gerais? Que vazou para o Rio Pombas, que foi em Cataguases, com isso o Ministério do Meio Ambiente ficou preocupado em buscar como responder os estados de risco com prevenção, Wilson.

Estamos há quase quatorze anos, está aqui, Vossa Excelência não leu, porque hoje através de decreto que me dá o direito de estar buscando, levando informação para estarmos fortalecendo que isso aí, o Coronel que faz parte, hoje, ...até para mim filiar conhecimentos, hoje, dentro do Estado de Mato Grosso.

Temos um protocolo de atendimento acidentes ambientais com produtos perigosos.

Esse último simulado aí, desde 2004 que eu não desisti ainda, Deputado Wilson Santos, você me conhece, eu apareci aí em algum lugar? Eu não apareci, porque meu papel aí...sujeito trabalha imprensa e estar buscar integração de todos os órgãos, esse protocolo da Defesa Civil, Secretaria de Saúde, Polícia Rodoviária, IBAMA, SEMA, porém, em nome da minha Secretaria e de meu nome, de caráter e responsabilidade que temos, mas ninguém nos escuta.

Tem quase quinze anos, eu lutando com a prevenção, somos cobrados, é um pedido de desabafo, não estou representando secretaria, estou representando quem me...

...s/cms...

0228au059.cms

A SR^a NILMA DA SILVA TAQUES – ...não estou representando Secretaria, eu estou representando o que me delegaram, eu sou o Presidente da Comissão de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais Produtos Perigosos. Graças a Deus que aqui temos algumas barragens, mas o problema não é barragem, mas tudo isso conseguimos por causa daquela barragem porque o maior índice nosso é o transporte de produtos perigosos. Esse simulado aí é a integração que temos com os órgãos de resposta que ninguém vai invadir sua praia. Eu não vou discutir aqui hoje metodologia, técnica é de base, é de planta e estrutura.

Agora não adianta falar, todo mundo fala em plano de ação. E aí? Não adianta você ter um plano de ação, todo mundo sabe, mas esse plano de ação é conhecido para quem está na frente dele, que delega limite para eles, para ele ir lá? É responsável? Não adianta você ter uma RT

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

se você é limitado, que na hora de emergência não irá adiantar nada, isso aí é para você dar resposta rápida para evitar menos riscos.

Eu não vou me prolongar muito, já estou no meu limite, tenho seis anos, seis anos, que recebo abono permanência, Deputado Wilson Santos, eu não irei chorar aqui como emocionou o professor. O senhor me conhece, eu sou do meu Pantanal, porque não adianta querer cobrar dos outros se não fizermos a nossa parte. Hoje, em respeito a minha família não tenho como citar, é Taques, mas cada um tem que cuidar do seu quadrado, o governador foi, respeito e considero, cada um respeita o seu espaço.

Recebo há seis anos abono permanência e não aposenta porque estou dentro de uma Secretaria de Meio Ambiente que é o meu papel que, pelo que me delegaram e pelos parceiros que temos em nível de Estado que são as instituições, mas que tem hora, gente, não vou entrar nos detalhes, estamos carregando essa só.

Presidente da comissão são três técnicos da Secretaria e hoje avançamos muito, com muita luta. Eu respondo pelo Ministério Público, seguramos, eu não tenho até para honrar a questão do acidente, o monitoramento ambiental, não vou entrar nesse lado. Foi ótimo, ninguém me convidou, ninguém me convidou, porque eu sei que não sabem, o meu papel aqui é alertar vocês, eu acho que é o papel que todo mundo, eu reconheço, a minha Secretária agora está aí...

...s/lcb...

0228au60.lcb

A SR^a NILMA DA SILVA TAQUES -...minha secretária está aí, então o nosso papel, eu sei que é muito compromissos, então alertar já... Mas, infelizmente, Deputado Wilson Santos, é uma oportunidade, eu fico feliz de estar numa Casa de Leis porque papel aceita tudo, e de repente eu estou assumindo a responsabilidade, eu não tenho cargo, é de coração. Sabe por quê, Deputado Wilson Santos, porque o maior índice de acidentes com produto perigoso ali na serra, que vai cair lá no meu pantanal. Não é meu, eu falo de coração porque sou filha de Barão de Melgaço, é nosso, porque é o patrimônio da União.

Então, esse aqui é mais um desabafo, eu peço para vocês... E aí é um documento de governo, Major, do protocolo que nós temos que... Coronel... Nós temos essas intimidades, ele manda me prender (RISOS)... Porque nós agregamos... O senhor viu aí no... Então, eu peço a vocês para buscarem isso, vamos rever esse protocolo, mas, assim, buscar condição, porque ninguém entra na área de ninguém. Eu estou no meu limite, eu tenho ainda dois meses de licença, que estou numa ansiedade, porque todo mundo que está ouvindo, tem gente da Defesa Civil, todo mundo aqui que hora que me vê eu sou a chata, eu sou a problemática, porque não adianta trazer curso. Aquele lá que você falou de resíduo sólido foi um seminário. Você abre ali, você abre aquele...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nilma, qual é o protocolo que você está propondo rever?

A SR^a NILMA DA SILVA TAQUES – Não, protocolo de atendimento de acidentes ambientais do Estado de Mato Grosso. E quem assinou não foi eu, os dirigentes, todos esses... Está ali no folder, Deputado Wilson Santos, ali você não abriu, ali fala, tem decreto, porque esse veio de nível federal...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado.

A SR^a NILMA DA SILVA TAQUES – Entendeu? A comissão federal e estadual. É o meu sonho, eu estou saindo, mas eu vou contribuir com as comissões dos municípios, porque

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ninguém dá conta, se não tiver a integração. E vai mais além, com essa luta, porque nós tivemos esse último evento, o evento que nós tivemos custo zero para o Estado, cento e vinte mil reais que foi, custo zero para o Estado, de parceiro, que eles querem qualificar os funcionários deles, que é o risco, as transportadoras, porque a hora que acontece nós cobramos que ele tem que retirar o material contaminado. Todo mundo discute reaproveito de resíduo, floresta, e esquece-se do que está caindo que é o químico, que aí vai à qualidade de saúde pública, mata tudo. Então, é um apelo, Deputado Wilson Santos, que fique gravado aqui...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) –Está gravado aqui.

A SR^a NILMA DA SILVA TAQUES – Entendeu? Eu estou preparando para me aposentar...
...s/ale...

0228au061.ale

A SR^a. NILMA DA SILVA TAQUES– ...entendeu?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Nós vamos dar consequência nisso.

A SR^a. NILMA DA SILVA TAQUES – Eu estou preparando para me aposentar, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Está jovem!

A SR^a. NILMA DA SILVA TAQUES – Jovem não! Parece mais é. Tem hora amigo, eu estou 15 anos nessa luta por um compromisso, e tem hora passa...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Eu perdi um amigo aí na Serra de São Vicente, era vereador em Nova Brasilândia, Jaú. Houve um acidente com um caminhão que carregava material perigoso, explodiu, ele vinha em um carro logo atrás, pegou fogo, ainda conseguiu trazê-lo à Cuiabá, mas, ele acabou morrendo. Era vereador em Nova Brasilândia nos anos 90.

Todos nós que viajamos por aí, às vezes encostamos próximos a caminhões aí com cargas perigosíssimas, é um alerta. Muito cuidado! Ou passa logo, ou fica distante.

A SR^a. NILMA DA SILVA TAQUES – Isso aí é prevenção, 15 anos juntados aos interesses políticos que eu acho que nós dependemos de tudo isso do gestor, e agora? Agora, está todo mundo discutindo técnica de barragem, ... isso é plano, ninguém falou de plano de ação...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Nilma, um minuto para você...

A SR^a. NILMA DA SILVA TAQUES – Não, está bom.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Está bom?

A SR^a. NILMA DA SILVA TAQUES – Foi ótimo. Porque não adianta eu ficar falando, discutindo aqui...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) –Muito obrigado.

Uma salva de palmas para Nilma (PALMAS)

A SR^a. NILMA DA SILVA TAQUES – Não. Eu vou desabafar aqui, que fique gravado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito bem Nilma.

A SR^a. NILMA DA SILVA TAQUES – Papel aceita tudo. Vamos tirar os papéis da gaveta, os planos para nós evitarmos menos riscos.

Só isso. Eu agradeço gente e estou dividindo aqui com toda a população que está aqui, os representantes entendeu? Para nós dividirmos essa responsabilidade, porque não adianta nós estarmos só cobrando e nós não fazermos a nossa parte.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Está bom. Obrigado, e obrigado. Agradeço muito de ter essa oportunidade de ficar gravado aqui entendeu? Porque é um depoimento meu, que eu, pelo menos para mim, depois que nós respondemos por ser omissos, tudo. Entendeu? Então, muito obrigado, aproveite a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O que é isso. Foi um prazer ouvi-la.
(PALMAS)

Vamos agora conceder aqui alguns minutos para a Dr^a. Sheila que quer fazer suas considerações finais.

Muito obrigado!

A SR^a. SHEILA XXXX – Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer novamente.

Eu achei muito importante essa discussão, vem à tona várias e várias problemáticas tanto na área de meio ambiente, como da sociedade, da mineração, nós extrapolamos vários temas, você vê aqui que nós seguimos por barramentos de piscicultura, por respostas à acidentes, por CFEM, por corrupção, então, nós circulamos por várias, por várias áreas.

Eu queria perguntar para os senhores, porque é assim, eu não posso deixar de abordar a lei, a Lei nº 10.836 de 19 de fevereiro de 2019, é bem pequenininha a lei, só tem 5 artigos. Ela dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação...

...s/DRM...

0228au62.drm

O SR. SHEILA KLENER JORGE DE SOUSA -...é bem pequenininha a lei, só tem 5 artigos: “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de alarme e monitoramento em todas as barragens e represas existentes no Estado de Mato Grosso.

Art. 1º – As empresas e companhias que necessitem de barragens e represas de contenção para realizar suas atividades, independentemente de quais sejam estas, ficam obrigadas a instalar sistemas de alarme, monitoramento e controle das estruturas e segurança de suas unidades.

Art. 2º – O sistema deverá, obrigatoriamente, estar interligado com as prefeituras e comunidades adjacentes e órgãos de gerenciamento de riscos, a fim de possibilitar a rápida e efetiva retirada das populações em risco, em conjunto com a Defesa Civil e Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º – Deverá ser criado plano de contingenciamento e evacuação das populações afetadas ou em risco, com a realização de treinamento e capacitação periódicos, em conjunto com os órgãos de gerenciamento de riscos, sob supervisão da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso.

Art. 4º – Esta lei deve ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias.”

Então, eu não sei, eu não sou da área jurídica, mas eu não entendo com que fica essa lei em relação...pelo que eu entendi aqui toda e qualquer represa e barragem terá que ter esse plano que Vossa Excelência designou aqui de ação, mas, como que fica, começamos vê aqui cada ator nesse sistema, cada ator tem um papel, a defesa civil que eu entendi, a explicação que eles nos deram eles são uma ponte que se faz quando acontece o acidente, do município que aconteceu esse acidente para rapidamente buscar recursos junto ao Governo Federal para resolver o problema daquele município.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ANM tem toda portaria, decretos, instruções normativas, lei própria assim como a ANA- Agência Nacional de Águas e a ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica, e o bombeiro falou que ele só vai lá quando acontece o acidente. Eu não estou entendendo assim, como vai ser aplicabilidade dessa lei, por exemplo, temos o Parque das Águas ou Tia Nair, ele tem represa...s/DMM

0228au63.dmm

A SRª SHEILA KLENER JORGE DE SOUZA –... ou Tia Nair tem represa, lagoa, represa, tem um sistema de barramento de água.

Então, poderíamos começar: como que é, vai ter um sistema lá, a prefeitura vai ter que colocar um sistema, é digital? Quem vai fiscalizar isso?...

O Sr. José Carlos Bazan (PARDAL – FALA FORA DO MICROFONE) – Sirene é lei federal.

SRª SHEILA KLENER JORGE DE SOUZA – É, eu queria entender como vai ser a aplicabilidade dessa lei. Essa é a primeira. Segundo, eu vou falar como Presidente da Associação dos Geólogos de Mato Grosso, é importante essa discussão aqui para entender a aplicabilidade e a efetividade da criação do Serviço Geológico Brasileiro, porque o rapaz da Defesa Civil falou das Cartas Geotécnicas, que elas devem ser feitas e isso deve ser feito pelo Serviço Geológico Brasileiro e se ele tivesse sido criado, poderia ter sido firmado um Termo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Mineração, porque dos atores, são os que têm a maior responsabilidade e o corpo técnico mais reduzido.

Então, Vossa Excelência poderia encampar também, aproveitando a deixa, a criação do serviço geológico mato-grossense e a aplicabilidade da lei que Vossa Excelência vai falar.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Olha, a lei é autoaplicável, mas no último artigo deixa claro que o Governo do Estado tem noventa dias para regulamentar. Eu penso que a SEMA vai ser chamada pela Casa Civil para fazer essa regulamentação. Havendo necessidade de aprimorar a legislação, é só nos encaminhar as sugestões que apresentaremos as emendas.

Com relação à criação do serviço geológico de Mato Grosso, na verdade o atual Governo propõe extinguir a METAMAT, a extinção pura e simples. Não há aqui na Casa nenhuma mensagem que propõe uma substituição ou uma transformação. O que nós dissemos ao Governo é que desse pelo menos seis meses à METAMAT para que ela pudesse provar que ela é autossustentável. Tem acontecido muito é que durante as campanhas eleitorais os candidatos ao governo falam muito da atividade mineradora no Estado, que o subsolo é fantástico, é um dos subsolos mais ricos do planeta, que nós temos pedras coradas maravilhosas, nós temos gás no Chapadão dos Parecis, que nós temos granito, nós temos ouro, diamante, cassiterita, bauxita, temos tudo. Zinco, zinco, alumínio e cobre, mas quando tomas posse, vira completamente as costas para a empresa. A METAMAT tem quase uma década que não recebe uma visita física de um Governador. É uma dificuldade enorme, um governador receber uma apresentação, uma explanação dos técnicos da METAMAT...

...S/TAN

0228au64.tan

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - ...uma dificuldade enorme, um Governador receber uma apresentação, uma explanação dos técnicos da METAMAT.

A METAMAT possui um dos melhores plantéis intelectuais deste Estado, tirando a UFMT que tem dois mil Doutores, pós Doutores e mestres e depois a UNEMAT, um dos colégios em que há mais Doutores em Mato Grosso é a METAMAT, temos uma carta geológica atualizada, temos condições de fazer uma política pública mineralógica em Mato Grosso que, de fato, melhore a renda per capita da sociedade, não é só para enriquecer meia dúzia de barão de tubarão, não. Esse modelo de desenvolvimento concentrador de renda em meia dúzia de pessoas em Mato Grosso precisa ser enfrentado é aquilo que falei abertamente sobre Poconé.

Eu conheço Poconé, eu faço política em Poconé desde 1990 e, além disso, eu conheço a história de Poconé desde a sua fundação em 21 de 1781, pelo Capitão General, Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que sequer chamava-se Poconé, era São Pedro Del Rei, eu conheço a história de Poconé e conheço nos últimos trinta anos, convivendo com o Prefeito Euclides Santos, convivendo com o Prefeito Tata, convivendo com a Prefeita que saiu a pouco, foi minha aluna, inclusive, no cursinho, curso Anglo, Meire Aduato, convivendo com o título de Arlindo, convivi com todos eles, Luiz Vicente, Clóvis, conheço.

O que estou dizendo aqui é que estou vendo uma atividade econômica importante em Poconé e ao mesmo tempo a pobreza aumenta em Poconé, a pobreza só aumenta em Poconé, um grau de analfabetismo elevado, é talvez um dos Municípios que mais vive do Bolsa Família no Brasil.

A miséria é tanta em Poconé, que mais de 40% da população em Poconé vive do Bolsa Família. Isso eu sei. E os resultados eleitorais respondem por isso em Poconé, se tirar Bolsa Família de Poconé eu não sei o que vai acontecer.

Poconé tem, mais ou menos, 35 mil habitantes, isso dá, mais ou menos, 8 mil famílias, é a população de Poconé, dessas 8 mil famílias mais de 4 mil famílias dependem do Bolsa Família, é inacreditável isso! E uma riqueza jorrando não sei para quem em Poconé. Será que é igual a soja, o algodão, que são só para meia dúzia? Eu acho que não e se não for, não para agredir ninguém, atacando ninguém, é sentar, conversar e construir, quem sabe, um cenário diferente, novo. Os que estão lá também geram empregos.

Jamais subi em um palanque em Poconé para agredir quem quer que seja, nunca fiz isso.

Quero, como fiz aqui hoje...

...s/cms...

0228au065.cms

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...quem quer que seja, nunca fiz isso. Quero, como fiz aqui hoje, proporcionar por meio da Assembleia Legislativa um fórum de debates para que possamos corrigir o que está errado, aprimorar o que está certo, esse é o papel do Parlamento, não estar aqui jogando pedra nesse ou naquele.

Então, Dr^a Sheila, eu fico aqui de portas abertas, o governo tem 90 dias para fazer, a partir da promulgação e publicação, dia 19 de fevereiro, a regulamentação e é justamente na regulamentação que vocês irão fazer todo esse detalhamento e, havendo necessidade do Parlamento fazer qualquer correção, estamos aqui prontos para fazer qualquer correção, até porque vocês atuam na área e sabem muito mais do que nós.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS BARRAGENS DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu agradeço a todos que vieram, peço mais uma vez desculpas aos que ficaram desconfortáveis hoje aqui. Tiveram pessoas que ficaram mais de três horas em pé, quero pedir desculpas, inicialmente, não seria neste auditório, mas como Assembleia Legislativa acabou havendo uma sobreposição de horários e o pessoal da POLITEC acabou ocupando o Auditório Milton Figueiredo, pedimos o plenário, mas pela pane que deu em toda TI do plenário, não tem som, não tem painel, fomos obrigados a fazer aqui, mas achei muito válido.

Vocês observaram que eu anoto tudo, faço questão de anotar até para que dê consequência a uma série de sugestões que foram feitas aqui, que não fique ao léu, que não fique jogado ao vento, tem muita coisa anotada aqui que vamos apresentar em forma de indicação, requerimento, transformar em projeto para que, de fato, esta Audiência Pública tenha sido consequente para a sociedade mato-grossense.

Existem 128 barragens, graças a Deus não tivemos nenhum acidente com vítimas e também não queremos, porque Mato Grosso é o campeão de crescimento há 40 anos e esse crescimento só vai ser acelerado. Que as novas barragens, as novas hidrelétricas, que a atividade mineradora, possa cada vez mais se sofisticar, cada vez mais cuidar não só do projeto de engenharia, de gestão, da qualidade do gasto, mas também da segurança dos empreendimentos. Afinal, um acidente desse, como disse alguém aqui e o Picoli falou porque falou a voz da experiência, sabe tudo e mais um pouco, você não vê uma grande empresa fazendo essas barragens porque não compensa. Quem é que faz? Empreiteiro de meia boca, final de semana, é o pequenininho que vai fazendo ali e nem sempre ele obedece às técnicas de engenharia, de arquitetura de geologia necessárias.

Não é isso, Molina? Então, é preciso, na minha concepção, que continuemos esse debate. Foi feito uma sugestão de formar uma câmara temática sobre esse assunto...
...s/lcb...

0228au66.lcb

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) -...foi feito uma sugestão de formar uma Câmara Temática sobre esse assunto, nós vamos analisar essa possibilidade de formar uma Câmara Temática, porque o assunto é muito amplo, é muito vasto.

Gente, muito obrigado a todos, está encerrada esta Audiência Pública e desejo a todos um carnaval com muita saúde, com muito cuidado.

Um abraço.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Luciane Carvalho Borges;
- Revisão:
 -